

A GEOGRAFIA DE AROLDO DE AZEVEDO*

RUI RIBEIRO DE CAMPOS**

- *Morro alto, morro grande,
me conta o teu padecer.
-Pra baixo de mim, não olho;
p'ra cima não posso ver...*
(Cit. por Guimarães Rosa)

Resumo

O texto procura analisar o papel de Aroldo de Azevedo na geografia escolar brasileira – em razão de sua hegemonia, quanto ao livro didático, de 1940 a 1970 –, e seu pensamento nos livros didáticos e em alguns artigos, nos quais deixa patente, entre outros aspectos, a defesa da doutrina liberal e do imperialismo, o preconceito racial, a visão elitista de sociedade, a falsa neutralidade e as suas ligações com a Escola Regional Francesa.

Palavras-chave : Aroldo de Azevedo – geografia escolar – falsa neutralidade – preconceito racial – Escola Regional Francesa .

Abstract

The Geography of Aroldo de Azevedo

The text aims to analyse the function of Aroldo de Azevedo in school Geography – because of its hegemony in schoolbook from 1940 to 1970 –, his thought in schoolbooks and in a few articles, all of which to make evident, among other points of view, the liberal doctrine and the imperialism defense, the racism, the elitist vision of society, the false impartiality and his connections with the “Regional French School”.

Key words: Aroldo de Azevedo – Geography in schools – false impartiality – racism – french influence.

* Este artigo constitui, com supressões, o 4º capítulo de: **A geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula:** uma ciência em construção. -Campinas(SP): PUC-Campinas. Dissertação (mestrado em Educação), 1997 (mimeo.), p.184-232 .

** Professor de *Evolução do Pensamento Geográfico* no curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas, mestre em Educação e doutorando em Geografia (área de concentração : Organização do Espaço) no IGCE-UNESP, campus de Rio Claro (SP). Rua Boaventura do Amaral nº. 204 - Bosque - 13.015-190 - Campinas.

O ensino e a pesquisa de Geografia no Brasil, em nível universitário, se institucionalizaram após a chamada *Revolução de Trinta*, com o surgimento de cursos universitários e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nossa primeira instituição a admitir, como pesquisadores, profissionais de geografia, criando a carreira desse profissional: foi no IBGE que o geógrafo começou a se dirigir para o planejamento. No ano (1934) em que se iniciou o curso de Geografia na USP, nascia a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Entre 1930 e 1950, também tivemos a difusão de idéias de renovação do ensino (Escola Nova), a expansão do ensino no país, as reformas educacionais nos estados, fatos que estimularam as mudanças nos livros didáticos de Geografia. Antes de 1950, surgiram vários atlas escolares que colaboraram com a *modernização* da Geografia, com destaque para o *Atlas Geográfico Melhoramentos*, organizado pelo padre Geraldo José Pauwels. Mas, em virtude da pequena escala de produção e da dependência da importação de alguns materiais e processos, os atlas eram mais caros do que os livros didáticos, o que dificultava a aquisição.

Até o XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro - 1956), nas instituições acima citadas, a Geografia foi dominada pelo pensamento da escola regional francesa. Imitando o país, realizava-se aqui uma Geografia dependente, colonizada, sendo a França a metrópole; essa atitude de papel carbono não era somente da Geografia pois também ocorria nas outras ciências e na própria *vida cultural*. Além disso, como normalmente aconteceu na história da educação brasileira, o grupo hegemônico do poder econômico e político continuou definindo, em grande parte, o que era conhecimento, que *conhecimento* deveria ser dado a conhecer e quais as relações entre as áreas de conhecimento que seriam divididas em grupo. Muitas vezes, uma real integração entre as áreas de conhecimento pode não interessar, por fazer com que um técnico não seja somente um técnico. O conteúdo e sua apresentação são selecionados.

A Geografia dominante continuava realizando um discurso aparentemente neutro, técnico, onde estava ausente o discurso ético. Os livros didáticos omitiam a existência de diferentes classes sociais e a ação do capital, assumindo o discurso do Estado, onde estava embutida a idéia de que ele era o construtor da realidade nacional. E, nos rumos da Geografia brasileira, a partir de 1940, Aroldo Edgard de Azevedo (1910-1974) teve um papel fundamental e ainda liderou em São Paulo a reformulação dos livros didáticos. Seus livros foram, na época, os preferidos do magistério nacional, sendo adotados na maioria das escolas. Por mais de três décadas, Aroldo de Azevedo influenciou na formação de diversas turmas de professores e de alunos dos antigos ginásio e colegial, pois quase monopolizou o setor de livros didáticos nas diversas regiões brasileiras. Fica difícil entender e conhecer a geografia das universidades e dos bancos escolares do Brasil, entre os anos de 50 e 70, sem uma análise de sua obra e de sua visão desta disciplina e da sociedade.

Foi no Brasil o maior admirador e representante da Escola Regional Francesa. O último artigo que escreveu, e entregue para publicação no mesmo dia em que veio a falecer (04/10/74), chamava-se: **A Geografia Francesa e a geração dos anos setenta**. Afirmava que os franceses são “*ainda hoje considerados entre os maiores da ciência geográfica*” e que pretendia “*demonstrar neste despretenso trabalho, prova de gratidão e de filial homenagem à Geografia que se irradiou na França e que, no Brasil, deixou marcas indelévelis.*” (AZEVEDO, 1976b, p. 9). Discorria sobre os autores dessa,

“*privilegiada geração, cujos representantes nasceram, em torno de 1870 (...), luminosa geração, cujos reflexos chegaram até o Brasil (...), gloriosa geração que modelou os responsáveis pela fundação e sobrevivência da Associação dos Geógrafos Brasileiros e formou os membros da chamada Escola Paulista de Geografia. O presente trabalho representa modesta homenagem a estes mestres que aqui plantaram um facho de luz que jamais se apagará.*” (Idem, p. 28)

O próprio autor destas frases demonstra que, para entendê-lo, é preciso conhecer a Escola Regional Francesa.

1. AROLDO DE AZEVEDO: VIDA E OBRA

Aroldo Edgard de Azevedo nasceu em 03/03/1910 na cidade de Lorena (SP). Do lado paterno, descendia de *coronéis* e políticos conservadores, atuantes durante o período imperial e de grande ascendência no vale do Paraíba paulista. Seu avô (Antonio Rodrigues de Azevedo, Barão de Santa Eulália) era um influente barão do café do vale do Paraíba do Sul, e a família sempre esteve ligada (até 1930) ao Partido Conservador. Seu pai, Arnolfo de Azevedo, sobre o qual Aroldo de Azevedo escreveu cinco dos nove documentos biográficos que redigiu, era um fazendeiro que se formou em Direito. Além de destacado político no município de Lorena, seu progenitor foi deputado estadual e senador, integrante do bloco sustentador da política do *café com leite*, até ser afastado pela *Revolução* de 1930. Sua progenitora (filha do urbanista Ignácio Cochrane) vinha de uma velha, influente e monarquista família paulista.

Orgulhoso de sua *ascendência rural-aristocrata*, Aroldo de Azevedo sempre se preocupou com a sua genealogia, a tal ponto que uma de suas atividades, a partir de 1950, foi a de relatar a vida de seus familiares *ilustres*. Sua origem influenciou sua visão conservadora, moralista e elitista de sociedade, como mostra o trecho a seguir, do livro: *Arnolfo de Azevedo, o fazendeiro (1898-1919)*, escrito em 1965:

“(...) nos dias que correm reina uma inexplicável inversão de valores; e, sem nenhuma dúvida, maior interesse despertam as vidas em que a aventura ou o sexo, as tramóias bem urdidas e os golpes de audácia estejam presentes, com sua dose de malícia e seu desafio aos padrões morais que a tradição nos legou. Não receamos, porém, enfrentar essa onda de negação dos valores reais, de desinteresse pelo que é limpo e de exaltação do que, embora sendo humano, é baixo e vulgar (...) descendemos do Dr. Ignácio Cochrane.” (apud SANTOS, W. 1984, p. 11).

Após a infância vivida no Solar dos Azevedo, no Largo da Matriz em Lorena, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Mas não seguiu esta carreira; passou a se dedicar ao magistério de Geografia, no antigo curso secundário, em vários colégios privados da cidade de São Paulo e no Colégio Universitário da USP. Em 1936, ingressou como aluno no curso de Geografia e História da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Licenciado em Geografia e História em 1939, foi convidado a dar aulas na mesma faculdade. Nesta época, Geografia e História compunham um único curso, dentro da tradição francesa de ligar o lugar (geografia) ao tempo (história). Em 1942, passou a lecionar Geografia do Brasil (criada naquele ano), cadeira para a qual concorreu para a cátedra em 1945, defendendo (e com ela vencendo o concurso) a tese *Os subúrbios orientais da cidade de São Paulo*; foi o titular desta cátedra até a aposentadoria (01/03/67). Nas décadas de 40 e 50, as teses de cátedra e de doutoramento na USP possuíam em geral, uma preocupação com monografias, com o aspecto idiográfico, fruto do domínio da escola possibilista.

Desde o seu ingresso (1936) como aluno da USP, já exercia o magistério como professor de geografia no curso superior. Trabalhou na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, na **Sedes Sapientiae**, nas Faculdades Campineiras — atual PUCAMP, onde lecionou Geografia Humana, na categoria de professor/assistente, de 1943 a 1945 — e na USP, onde foi fundador do Instituto de Geografia e seu diretor, de 1963 a 1967. Foi um dos sócios-fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), com intensa participação nos seus congressos e assembléias gerais, exercendo, inclusive, os cargos de secretário-geral e de presidente (1946/47 e 1953/54). Também um dos responsáveis pela criação do Boletim Paulista de Geografia, foi seu diretor de 1949 a 1961, período em que foram publicados trinta e nove números.

As suas características conservadoras não eram uma exceção pois, após 1930, grande parte dos alunos universitários se constituía de filhos da oligarquia rural e da burguesia urbana conservadora, que possuíam, e de modo bem fincado, a ideologia aristocrática das classes dominantes do período pré-Vargas; formados, eram *porta-vozes* dos interesses de sua classe. A instrução universitária era para uma elite descendente da elite econômica: eram os filhos e os netos do poder da

República Velha. O *elitismo* — ainda que envernizado de moderno — era a marca dos quadros universitários (docente e discente); camponeses e operários não faziam parte das preocupações teórico-metodológicas, não eram considerados como possíveis sujeitos da história; não estavam nem nas pesquisas, quanto mais nas salas de aula.

Nos seus últimos meses de vida, Aroldo de Azevedo redigiu textos para o programa *Encontros com a Geografia*, da emissora de TV da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo. É nesta cidade que, aos 64 anos de idade, faleceu no dia 04 de outubro de 1974, deixando u'a marca profunda na geografia brasileira e uma vasta obra.

Já em 1936, no início de seu curso de licenciatura em Geografia e História, escreveu o livro *Geographia*¹ para a primeira série do curso ginásial. A grande aceitação fez com que escrevesse livros para todas as séries dos antigos cursos ginásial e colegial, quase monopolizando o livro didático de Geografia, no Brasil, durante três décadas. Segundo o levantamento realizado por Wilson dos Santos, Aroldo Edgard de Azevedo publicou, no período entre 1934 e 1974, “127 textos, sendo 97 de nível superior e 30 referentes a livros didáticos para o ensino médio” (1984, 16). Das noventa e sete publicações (livros, artigos, coletâneas, etc.), somente quatro se relacionam diretamente com o que se convencionou chamar de geografia física, e duas são de “geografia política”. Um terço (30 textos) se refere a estudos urbanos, a maioria como monografias, vendo ainda a cidade de “de forma estática” (ANDRADE 1987, p. 84).

Sua obra se espalha por revistas, boletins, anais, etc.. Excetuando-se os didáticos e as *biografias familiares*, foram editados como livros somente os títulos: **Aspectos da Lorena imperial** (1954), **Regiões e paisagens do Brasil** (1954), **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana** (organização e dois capítulos; 1958), **Pinheiros — aspectos geográficos de um bairro paulistano** (1963), **Brasil: a terra e o homem, vol. I: as bases físicas** (direção, organização e o capítulo I: o “*continente*” brasileiro; 1964), **Brasil: a terra e o homem, vol. II: a vida humana** (direção, organização e o capítulo V: *as cidades*; 1970), **A Baixada Santista** (em quatro volumes; coordenação geral; 1965), **Cochranes do Brasil — a vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignácio Cochrane** (1965) e **O mundo antigo — expansão geográfica e evolução da geografia** (1965).

Entre 1934 e 1974, publicou 30 livros didáticos de Geografia, sendo 23 para o antigo ginásial, 05 para o colegial, 01 para o primário e 01 para o curso de admissão

¹ pela Cia. Editora Nacional, com uma tiragem de 10.000 exemplares. Aroldo de Azevedo, até o seu falecimento, vendeu um total estimado em doze milhões de exemplares de livros didáticos. Na década de 60, um período em que muitos estavam fora da escola, não havia aquisição por parte do poder público e nem livro “descartável”, chegou a vender 130 mil exemplares por ano.

ao ginásio. Nos seus livros didáticos havia uma preocupação com o *rigorismo científico*, com certa riqueza de dados — nem sempre relevantes — voltados para um objetivo tradicional de geografia, de localização, enumeração e descrição de aspectos típicos das regiões, não se encaixando em objetos didáticos mais amplos como proporcionar o pensar, desenvolver a criatividade, instrumentalizar para o exercício da cidadania através da valorização da verdadeira democracia e estimular o respeito às diversidades culturais. A não realização disso não era um privilégio da Geografia mas caracterizava grande parte do ensino. Às vezes, possuía um aspecto catalográfico, não indo muito além da citação de dados², principalmente em capítulos referentes a temas sócio-demográfico-econômicos, dando pouco espaço para a análise e para a criatividade do aluno. Quando se encerra a leitura de um livro como, por exemplo, **Geografia Regional** (1961b) fica-se com a impressão de ter visto variados aspectos dos países, porém sem compreender o mundo e seus problemas. Usava uma terminologia, em geral, correta, renovou nos padrões gráficos e seus livros possuíam boa apresentação e eram atualizados e bastante ilustrados. Preferido pela maioria absoluta dos docentes, sua concepção geográfica predominou na *geografia dos professores* e na visão dos alunos. Seus livros, nem sempre continham uma linguagem didaticamente adequada para as diversas faixas etárias e traziam uma visão ufanista de realidade brasileira — e escondendo as causas básicas de seus grandes problemas sociais — mas não incluíam propostas de atividades para os alunos e eram fechados a u'a maior integração de conteúdos.

A sua concepção de uma geografia dual, fragmentadora do real, que permanecia na simples descrição dos fenômenos e indefinida quanto ao seu objeto, o escamoteamento das diferenças de classes, a recusa em analisar os graves problemas sociais e a falta de praticidade com vistas à transformação da sociedade, afastaram a Geografia das outras ciências sociais. Agravava o isolamento o fato de possuir como fundamento os princípios do liberalismo e do positivismo clássicos, de recusar a inexistência da neutralidade científica, a presença de explicações mecanicistas e organicistas — próximas a Spencer — e da idéia de *harmonia social*. Estas características de seus trabalhos acabaram dando à Geografia um valor como erudição, com pequena importância na solução dos problemas políticos e sociais, e a fizeram ficar ausente dos debates sobre os grandes problemas nacionais.

² Ver, por exemplo, *Geografia Geral* (1959) e *Os Continentes* (1969b).

2. O PENSAMENTO DE AROLDO DE AZEVEDO NOS LIVROS DIDÁTICOS

A concepção de geografia que possuem os formados no antigo ginasial, entre 1959 e 1970, é em grande parte derivada do que viram nos livros de A. de A. (assim abreviava seu nome). Muitos destes defendem que o ensino no passado era melhor — embora fosse mais erudito, mais voltado para um saber enciclopédico —, se esquecendo de que “*o ensino do passado existia para atender a uma clientela menor e sociologicamente diferente da atual*” (CASTANHO 1989, p. 32) e que, mais importante do que o conteúdo que se ensina, é o que, através dele, se ensina ou se deixa de ensinar. Certos conteúdos qualificam o aluno para ser um adulto a mais, defensor do *status quo* e de fácil manipulação, e não para ser um cidadão. Pois, muitas vezes, a escola (adaptando Brecht):

“ Do rio que tudo arrasta se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas”
As mãos que desmatam
O capital que desnuda a terra.

O Brasil dos livros escolares era o das leis, da política oficial; ritos cívicos eram uma exaltação à ordem e hierarquia impostas. Comemorar o Sete de Setembro, o dia da Pátria, não era uma festa popular mas uma parada militar. O mundo real e conflituoso era omitido e a escola era desconectada da vida. O conhecimento de como fazer ciência, de como um cientista pesquisa, das condições e limitações políticas deste seu fazer, não constituíam o conteúdo das disciplinas escolares.

Para melhor avaliarmos o pensamento de A. de A., procuramos fazer uma sucinta análise de alguns de seus livros didáticos³. O livro **Geografia das Crianças**, de 123 páginas e “*destinado ao ensino primário*”, se divide em quatro partes: I - O Universo e o nosso mundo, II - A nossa Pátria — o Brasil, III - O nosso continente — a América, e IV - O Resto do Mundo. Contém, no início, uma carta (datada de 1947) ao “*pequenino leitor*”, onde diz que para compreender o recanto onde mora e “*amá-lo mais ainda do que hoje, torna-se preciso conhecer também (...) as paisagens de outros países e de outros continentes e o que, nelas, os habitantes destas*

³ Destacamos os seguintes livros: **Geografia das Crianças** (1952; 1ª ed.: 1947), destinado ao ensino primário; **O Mundo em que vivemos** (1969a; 1ª ed.: 1963), para a 5ª série (ou 1ª série ginasial); **Terra Brasileira** (1968a; 1ª ed.: 1963), para a 6ª série (2ª série ginasial); **As Regiões Brasileiras** (1968b; 1ª ed.: 1964), para a 7ª série (3ª série ginasial); **Os Continentes** (1969b; 1ª ed.: 1966), para a última série do antigo ensino médio; **Geografia Física** (1961a; 1ª ed.: 1947), para o primeiro ano colegial, **Geografia Regional** (1961b; 1ª ed.: 1949), para o segundo colegial e **Geografia do Brasil** — bases físicas, vida humana e vida econômica (1976; 1ª ed.: 1969), para “*estudantes do ciclo colegial ou de cursos profissionais, aos que se preparam para entrar para a universidade*” e a outros.

terras longínquias construíram e modificaram (...) Depois disso, certamente, você acabará dando maior valor ao torrão que Deus nos reservou” (AZEVEDO 1952, p. 11).

Aos professores explica que a obra foi escrita em virtude

“da situação, sob muitos aspectos deplorável, em que se encontra ainda hoje, entre nós, o ensino da Geografia elementar. Realmente, entristece e desaponta o descaso com que (...) os rudimentos geográficos são transmitidos aos jovens brasileiros; e estes sentimentos maiores se tornam quando folheamos os livros estrangeiros destinados ao mesmo nível de ensino.” (...) “Inúmeros são os professores que teimam, talvez por comodismo, em exigir das pobres mentes infantis infundáveis listas de nomes e de números, martirizando-as sem nenhuma necessidade e fazendo-as detestar, com toda razão, esta belíssima e utilíssima ciência da Terra e do Homem, que se chama Geografia.” (...) “De que vale ensinar sobre bases racionais e modernas, nos cursos mais elevados, se os pobres alunos trazem consigo o vício da nomenclatura e o hábito da decoração, que lhes são transmitidos nos bancos das escolas primárias?” (...) “Caberá aos prezados colegas de magistério completar a nossa tarefa, dando ao ensino de Geografia um caráter de narração, instrutiva e proveitosa, real e visceralmente humana” (Idem, p. 13 e p. 14).

Já estavam aí alguns temas sempre presentes em suas obras didáticas: o patriotismo pela paisagem do país (um país criado por Deus?), a Geografia como ciência da Terra e do Homem (nesta ordem, e deixando-a indefinida) e o caráter de narração, como se esta, por si só, fosse ciência. O livro possui um esquema que será comum: um capítulo, seguido de um resumo do mesmo. Não há propostas de exercícios, de atividades, e nem um vocabulário auxiliar, necessário, pois muitos termos são citados sem a devida explicação. E nem sempre os conceitos são claros ou em linguagem adequada; por exemplo, quanto às estações do ano, afirma que *“para a maioria dos brasileiros, na verdade, só existem duas: a estação quente, que corresponde ao Verão; e a estação fria, que corresponde ao Inverno”* (Idem, p. 25). Com idade inferior a 11 anos, a criança deveria aprender sobre o eixo da Terra, paralelos, meridianos, latitude, 90°, 180°, etc., e que

*“chama-se **longitude** de um lugar a distância que vai de um certo Meridiano (o de uma cidade previamente escolhida) ao Meridiano daquele lugar. Conta-se sobre o Equador ou qualquer Paralelo e é dada também em graus, sendo 0° no Meridiano escolhido como principal e 180° para cada lado deste Meridiano.”* (Idem)

Será que o *pequenino leitor* entendeu ?

A figura da Terra como um tablado ou um picadeiro já está presente.

“O nosso mundo pode ser comparado a um imenso teatro. As terras e as águas, mergulhadas dentro da atmosfera, formam o ‘palco’ deste grandioso teatro criado por Deus. Torna-se preciso falar, agora, dos ‘personagens’ que nêles vivem, a representar cada um o seu papel: são os vegetais, os animais e, principalmente, os homens” (Idem, p. 36).

Não vai aprender que estes últimos se dividem também em classes sociais mas, sim, que nem todos possuem o mesmo grau de civilização, o mesmo gênero de vida.

“Os povos mais atrasados tem o nome de selvagens. Vivem ao relento ou em habitações muito simples (...). Andam nus ou usam vestuários rudimentares (tangas). (...) Passam a vida mais ou menos isolados, no meio das florestas. É o caso dos indígenas da América, da África e da Oceânia. Quando um pouco mais civilizados, os povos recebem o nome de Bárbaros ou semicivilizados. Vivem em habitações feitas de pano ou de peles (as tendas) e dedicam-se geralmente ao pastoreio. É o caso de certos povos da Ásia central e do norte de África” (Idem, p. 45).

E, após uma ilustração referente à cidade de New York, cujo título é “símbolo de civilização”, escreve que povos **civilizados** são os que

“vivem em habitações mais confortáveis, (...), praticam a agricultura e dedicam-se às diferentes formas de indústria e ao comércio. (...) Consagram-se ao estudo e preocupam-se com os progressos das ciências, das letras e das artes. É o caso dos habitantes da Europa, da maior parte da Ásia e da América e de muitos trechos da África e da Oceânia.” (Idem, p. 46).

Isto foi escrito logo após a IIª Guerra Mundial na qual milhões de pessoas morreram em virtude da luta entre os *civilizados*⁴.

⁴ A visão de que a civilização é a européia, está sempre presente. Sob um mapa a respeito do horizonte geográfico escreve: “Tendo como ponto de partida a bacia do Mediterrâneo, a **nostra** civilização assistiu à lenta expansão de seu horizonte geográfico até chegar ao conhecimento de toda a face da Terra” (1961b, 20; grifo nosso). E os selvagens merecem poucas considerações; afirma que no Uruguai “os ameríndios são, hoje, inexistentes” (Idem, 31) mas não diz: por quê?; sobre os incas afirma que foi uma civilização que “brilhou no período pré-colombiano e extinguiu-se com a chegada dos primeiros colonizadores espanhóis, no séc. XVI” (Idem 56). Esta divisão entre selvagens, bárbaros e civilizados está presente em outros livros, como *Leituras Geográficas*, onde afirma que os povos selvagens não representam nenhum papel no progresso humano e que entre os civilizados as “associações profissionais, academias, centro de estudos, associações esportivas, etc., procuram aprimorar o conhecimento e aperfeiçoar a raça” (1958, p. 26). Também já aparecia num livro bem anterior, para a 1ª série ginásial (*Geografia Geral*), onde acrescenta que entre os civilizados “zela-se pela instituição da família, no desejo de fortalecê-la e honrá-la” (...) e “nos gabinetes de estudo e nos laboratórios, os homens de ciência entregam-se às pesquisas e fazem descobertas importantíssimas” (1943, p. 227-228). No capítulo sobre alimentação humana, afirma que “os povos de baixa civilização apreciam certos petiscos que nos causam repugnância: lagartas, caolim, carne podre, gafanhotos, etc.” (Idem, p. 238). Deveria ter acrescentado: caracol, cogumelos e ovas de esturjão.

O Brasil parece não ter problemas, exceto o de ser pouco povoado. E fica difícil compará-lo com outras regiões, pois, o que se tem, de cada continente, é uma lista de nomes de montanhas, de rios, de países (sem as capitais), as atividades econômicas, etc. Faz o que aconselha a não se fazer.

Para os que chegavam à 5ª série (ou a 1ª série ginasial), o livro era **O Mundo em que vivemos** (1ª ed:1963). Um livro bem acabado, contendo um Pequeno Vocabulário Auxiliar e dividido em três partes: A Terra no Espaço (3 capítulos), A Natureza Terrestre (6 capítulos) e O Homem e suas Atividades (6 capítulos). No vocabulário se encontra a definição de Geografia mais comum em seus livros didáticos: “*Ciência que estuda a repartição à superfície terrestre dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa repartição e as relações locais desses fenômenos*” (1969, p. 212; grifo nosso), sem citar o autor (Emmanuel de Martonne). É dessa definição que decorrem as três divisões (e suas subdivisões) clássicas: Geografia Física (que inclui uma outra: a Geografia Astronômica ou Matemática, dividida em Cosmografia e Cartografia), Biogeografia (dividida em Fitogeografia e Zoogeografia) e Geografia Humana ou Antropogeografia (dividida em Humana, Política e Econômica, cada uma com suas subdivisões). No vocabulário citado, encontramos definições de Geografia Agrária, Agrícola, Astronômica, Biológica, Botânica, Comercial, Cultural, da Circulação, Econômica, Física, Humana, Industrial, Política, Urbana e Zoológica. Em muitos capítulos, avisa que o assunto tratado é o objeto de um dos ramos da Geografia e também que o ramo é autônomo, passando a idéia de que existem várias geografias. “*Trata-se do objeto de um de seus ramos — a Biogeografia ou Geografia Biológica, cuja existência autônoma remonta ao início do século XIX*” (Idem, 119). A Geografia Agrária é um ramo da Humana, a Agrícola da Econômica, a Econômica da Humana, etc., etc., etc.. São muitas geografias para quem pretende realizar uma síntese, mas que na verdade não a faz, compartimentando a realidade tanto “*a natural como a humana*”. E, apesar da definição, a repartição é que parece ser o fundamental e a Geografia é mais uma ciência da natureza pois “*situação geográfica*” é sinônimo de localização (Idem, p. 32-33), vulcões, inundações, furacões, etc. são “*cataclismas geográficos*” (Idem, p. 147) e “*meio geográfico*” é usado como sinônimo de meio natural. O vocabulário traz também algumas definições interessantes, como a de indígena: “*o natural de um país ou região*” (Idem, 213), de Revolução Industrial: “*Transformação de caráter técnico verificada na indústria, a partir de fins do século XVIII e princípios do século XIX, em consequência da qual as máquinas passaram a substituir o trabalho manual*” (Idem, p. 217) e de subdesenvolvimento: “*Desenvolvimento insuficiente, abaixo do normal*” (Idem, p. 218).

Nos capítulos sobre a natureza, o homem não aparece — nem modificando-a; os ventos nada influenciam, não há enchentes nem poluição. “*A Terra é um imenso teatro (...) e até aqui examinamos o ‘palco’ desse teatro, o grande teatro*

criado pela Natureza” (Idem, p. 119) onde, pelo jeito, não há público no teatro e os atores não estragam o cenário⁵. Crianças com onze anos de idade são apresentadas às projeções cartográficas cônica, cilíndrica, azimutal, de Goode e de Molweide (Idem, p. 44 e 45) e às drenagens fluviais dentrítica, retangular, em treliça, radial e anular (Idem, p. 106 e 107).

A partir do capítulo 10, entra em cena — a natureza é o palco — o homem. Um homem que não passa fome nem faz guerras, e que não mora em sociedades divididas em classes sociais; Guerra Fria, nem no Ártico. O papel do clima e da vegetação na “*repartição geográfica do efetivo humano*” é realçado (Idem, p. 133), chegando a comparar o mecanismo das migrações com “*o das massas de ar: das áreas superpovoadas, de alta pressão demográfica, partem correntes humanas que vão em direção a regiões de baixa pressão demográfica*” (Idem, p. 134/135). Mas avisa que é antideterminista, pois “*o homem não constitui uma simples vítima do meio que o cerca. Sempre que encontra possibilidades, reage contra suas influências e muitas vezes consegue libertar-se delas.*” (Idem, p. 148)

Retoma a divisão conforme o grau de civilização — selvagens ou primitivos, semicivilizados ou bárbaros e civilizados — mas acrescenta que nestes últimos

“a cultura alcança suas altas manifestações. Procuram fortalecer e honrar a instituição da família. Adotam as religiões mais puras e perfeitas, preocupando-se em difundí-las. (...) Todavia, em muitas regiões do Mundo e mesmo no interior de nossas fronteiras, milhões de homens ainda desconhecem, parcial ou totalmente, as mais elevadas manifestações do espírito humano. Mongóis e árabes da Ásia, esquimós e ameríndios, povos primitivos da África e da Oceânia estão em tal caso. Cumpre levar-lhes nossa civilização e nossa cultura” (Idem, p. 146).

Ou seja, precisamos levar aos selvagens e bárbaros, a nossa religião⁶, o nosso gênero de vida; a *missão civilizatória européia* ainda não terminou. A verdade é a realidade da *civilização ocidental*, para a qual todos devem caminhar.

Ainda quando fala sobre o gênero de vida, avisa que este conceito não pode ser confundido com “*profissão: esta pode ser mudada sempre que o indivíduo o deseje, tem um caráter pessoal,...*” (Idem, p. 149), como se as coisas fossem tão fáceis assim, como se estivéssemos numa sociedade onde cada um pode procurar livremente a sua realização pessoal. Quando discorre sobre os alimentos, mantém a visão etnocêntrica européia, dividindo o mundo, em seu conjunto, em duas grandes

⁵ O texto é bem semelhante ao do livro *Geografia Geral* (1943, p. 177).

⁶ A religião é usada como argumento a favor do monogenismo (“*os homens se originaram de um tronco único, possivelmente de cor branca*” (1943, p. 217)): “*todas as religiões admitem essa unidade do tronco original. O Cristianismo considera tal fato um ponto inteiramente resolvido, sem possibilidade de qualquer dúvida*” (1943, p. 218; 1958, p. 25).

áreas alimentares: a do trigo e a do arroz e “*quanto mais civilizado é um povo, mais trigo consome*” (Idem, p. 169); entretanto, nada diz a respeito da fome⁷. Trata das habitações (Idem, p. 151 a 155) sem relacionar as casas de barrote com a pobreza ou o *barbeiro*, sem mencionar favelas ou mocambos, e compara as cidades “*a um ser vivo: nasce, cresce e pode morrer*” (Idem, p. 156)⁸

Esse organicismo, esta interpretação da sociedade por analogia com um organismo, aparece também quanto aos países. *O Brasil, sob o ponto de vista geopolítico, está a caminho da adolescência*, é um dos subtítulos do texto *O continente brasileiro* (1972, p. 17), onde afirma

“*que o nosso país começa a preparar-se para uma nova etapa em sua vida política — a **adolescência**, após haver consolidado sua estrutura interna e após haver ‘pôsto sua casa mais ou menos em ordem’, etapa que se caracteriza (...) por um irrefreável dinamismo, que se reflete na expansão territorial, na conquista de novos espaços, na obtenção de novas áreas de influência*” (...) “*... teremos hoje provavelmente uns 14 ou 15 anos, o que significa que estamos passando por um período tão difícil e tão crítico como o que sofre o jovem adolescente...*” (1972, p. 17-18) “*Ao que tudo indica sofremos o efeito de uma **crise de crescimento**, cumprindo-nos aguardar, com paciência e sem pessimismo que nada constróem, o fim dessa fase realmente difícil*” (Idem, p. 19).

Se aplicarmos estas distinções etárias

“*ao âmbito nacional, não poderemos deixar de reconhecer que certas unidades da Federação se encontram ainda na **infância**, ao passo que outras se acham em plena **adolescência** e, talvez umas poucas, na **madureza** de sua evolução política, cultural e econômica*” (1972, p. 27).

Entretanto, se somos uma *grande família*, quais são os pais ? Como devem ser tratadas as unidades infantis ? Esse mesmo raciocínio, como veremos mais tarde, será aplicado quanto à evolução dos países.

Este modelo organicista estará sempre presente, apesar de, em vários momentos, falar da necessidade de solidariedade entre os homens. Quando, aparentemente, se afasta do liberalismo darwinista, prega uma solidariedade abstrata, desencarnando o homem de uma sociedade que é economicamente darwinista, para

⁷ Mas afirma: “*Não há exagero em dizer-se que o vinho é a mais apreciada das bebidas conhecidas pelo homem.*” (1943, p. 293) E essa visão eurocêntrica é que faz com que considere como dificuldade de comunicação da Austrália, o fato de ser distante da Europa (1959, p. 248).

⁸ Já o fazia em livro anterior: *As cidades assemelham-se a um ser vivo: nascem, vivem e podem morrer* (1943, p. 229). E muitas de nossas velhas cidades nasceram “*quase sempre em um ponto de fácil defesa e logo abençoadas pela presença de uma igreja*” (Idem, p. 231); e as grandes metrópoles do mundo se caracterizam por “*iluminação farta e um serviço de água e esgoto perfeito asseguram o conforto à população*” (Idem, p. 237). No rol das metrópoles, citava São Paulo, uma cidade não possuidora destas características.

despolitizar a ciência. E ao fazer uso de uma *metodologia naturalista*, ao aceitar, implícita ou explicitamente, que a história humana é regida pelas mesmas leis das espécies vegetais e animais, ele pouco se diferencia das posições básicas de Herbert Spencer (1820-1903) e de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Retomando o livro em questão (1969a), notamos que, na descrição das cidades, cita problemas urbanos sem especificá-los e sem mencionar as causas. “*Essa população tem muitos **problemas urbanos**: de alimentação, de habitação, de vestuário, de abastecimento de água, de serviços de esgoto, de transporte e de tráfego, de educação e de saúde, etc.*” (1969a, p. 158). Quanto à agricultura, fala do “*plantation*” (Idem, 164), da monocultura em grandes propriedades, destinada ao comércio e pertencente a uma só pessoa ou empresa, mas não a relaciona com colonialismo, escravidão, fome e dependência. Os problemas da agricultura são colocados como somente técnicos e naturais pois

“o que cumpre fazer é aperfeiçoar as técnicas nelas empregadas e, principalmente, tornar mais humano o trabalho daqueles que fazem sua grandeza, sob a ardência do sol tropical, a lutar contra as doenças e as pragas, como ainda contra dois excessos antagônicos — o das chuvas e o das secas” (Idem, p. 169).

No livro da série seguinte (**Terra Brasileira**, 1968a), apesar do ano da edição, o Brasil é colocado como um país rural (60% da população) e os homens do campo, “*muitas vezes mal alimentados e sem conhecer o mínimo de conforto necessário à existência, são eles que (...) asseguram o bem estar da população brasileira*” (1968a, p. 65). Se esse bem-estar existia e os homens do campo viviam mal, até porque “*a maioria da população rural é subalimentada*” (Idem, p. 67), quem era essa população brasileira? Nota-se ainda que a erosão dos solos não tem nada a ver com o modelo agrícola, pois a destruição dos solos, a improdutividade dos mesmos, etc.,

“são problemas criados pela natureza e que o agricultor brasileiro precisa enfrentar com coragem e sem desânimo” (Idem, p. 134). E “*desde os tempos coloniais o Brasil vem lutando contra a falta de **trabalhadores rurais**. Foi por este motivo que se instituiu em nosso país, desde o século XVI e até 1888, a **escravidão***” (Idem, p. 135).

Dedica ainda neste livro (1968a) quatro linhas à estrutura fundiária, citando as médias e as pequenas propriedades somente quanto ao tamanho dos estabelecimentos — médias: 10 a 100 ha., pequenas: menos de 10 ha. —, não mencionando a área ocupada por elas. Não se refere às grandes propriedades, à concentração fundiária e nem à necessidade de reforma agrária; e todas as soluções para o aumento da produção agrícola (Idem, p. 137) são técnicas.

No capítulo sobre caça, pesca, madeira e outros extrativismos (Idem, p. 175 a 184) parece que nada os ameaçam⁹; há riquezas minerais — enumera os maiores produtores — mas não há países exportando-as a preços baixos. No último capítulo (**Um mundo só**), após dividir os países em “grandes potências”, “agroindustriais” e “agrícolas”, demonstra que concebe a desigualdade econômica como algo natural, evolutivo, pois afirma:

*“De qualquer maneira, a verdade é que o Mundo assiste hoje, mais do que no passado, a uma estreita **interdependência econômica** de seus habitantes. Uns dependem dos outros. Porque as grandes potências não podem viver sem a colaboração dos países das duas outras categorias, da mesma maneira que êstes necessitam de manter relações econômicas e culturais com aquelas.*

*É evidente que, com a marcha do tempo, tais diferenças acabarão por atenuar-se ou, mesmo, desaparecer. Representam verdadeiras etapas de uma só evolução. Por acaso, noutros tempos, os Estados Unidos e a União Soviética, a Grã Bretanha e a França, não se classificavam na categoria dos países puramente **agrícolas** ? Por outro lado, países desta categoria há poucas dezenas de anos (o Brasil pode servir de excelente exemplo) não se incluem hoje no grupo dos **agroindustriais** ? (...) As grandes potências de hoje acabarão por ceder seu lugar a outras novas. Tem sido sempre assim”* (Idem, p. 199-200).

E ainda lembra que:

“Hoje, vivemos num Mundo só, como se pertencêssemos a uma única ‘família’, sem levar em conta a cor da pele, a língua, a religião, a forma de governo” (Idem, p. 202).

Na série seguinte, os pupilos se utilizariam do livro **Terra Brasileira** (1968a), cujo esquema é o mesmo: Nossa Terra, Nossa Gente, Nossa Economia; as três geografias: Física, Humana e Econômica. Traz também um pequeno vocabulário auxiliar, onde barão de café é definido como “grande fazendeiro de café agraciado com título de nobreza ao tempo do Brasil Imperial” (1968a, p. 189). Continua preciso, rigoroso e com a mesma visão de mundo. Avisa ao leitor que o objetivo é

“mostrar o Brasil tal como o conhecemos e o sentimos, em suas admiráveis possibilidades e em suas fraquezas atuais, país do futuro. (...) ao tentar realizar êsse ‘retrato’ geográfico de nosso país, dois pensamentos estiveram sempre vivos em nosso espírito: a absoluta confiança no futuro e o fortalecimento da unidade nacional” (Idem, p. 11).

⁹ Num livro anterior (1943), havia quatro linhas onde afirmava que a caça estava ameaçando espécies animais de desaparecimento (p. 306). Mas neste, mais recente, nada citou.

Não é à toa que o título do primeiro capítulo é “*Brasil, país do futuro*”, e ao longo do livro será lembrado que é um *continente* e, se alguns problemas possui, uma razão estará sempre presente: o Brasil é ainda muito jovem.

Assim também começa o livro **As Regiões Brasileiras** (1968b), onde tenta “acompanhar o leitor em fascinante viagem através do país” com uma mensagem a todos os “irmãos desta grande Pátria: a absoluta confiança nos destinos futuros do Brasil, uno e indiviso” (1968b, p. 11). O título do capítulo sobre sua responsabilidade no livro **Brasil, a terra e o homem** é “O ‘continente’ brasileiro” (1972), onde, citando Pierre Deffontaines, diz: “O Brasil se apresenta logo à primeira vista como um Estado gigante, um verdadeiro continente, uma nação-continente” (1972, p. 5), que “não conhece o problema do ‘espaço vital’, tão angustioso para tantos países do Mundo” (Idem, p. 6); termina o capítulo citando Antonio Meijide Pardo: “Brasil será la gran potencia del siglo XXI.” (Idem, p. 30). Só faltou a sugestão para que os alunos cantassem:

“*Oh! Ôi essas fontes murmurantes
Ôi onde eu mato minha sede
E onde a lua vem brincar
Oh! êsse Brasil lindo e trigueiro,
Ês meu Brasil brasileiro,
Terra de samba e pandeiro.
Brasil, Brasil
Pra mim, pra mim.*”¹⁰

No livro didático **Terra Brasileira** (1968a), escreve com orgulho o fato de termos sido o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, de café e de borracha; a *unidade nacional* está sempre presente mas questões sobre a política econômica, a política dos transportes, etc. estão ausentes. Ao descrever a população brasileira, nada coloca sobre o analfabetismo, a situação das escolas, o índice de mortalidade infantil, as doenças, etc.. A visão matematizada do país é que permite ao autor afirmar que a população é escassa (8 hab/km²) e que, para ficarmos semelhantes a outros países extensos, “precisamos ter pelo menos 200 milhões de habitantes” (1968a, p. 18). O Brasil é um país de contrastes;

“no entanto, apesar de todos êsses contrastes, não existem ódios a separar uns dos outros. Todos se consideram irmãos, filhos de uma Pátria só. Todos falam uma só língua — o português. Esmagadora maioria segue uma única religião — o Catolicismo” (Idem, p. 19).

¹⁰ *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso. Foi gravado pela primeira vez em 1939 (selo Odeon) na voz de Francisco Alves.

Os contrastes não nos devem impressionar pois

“somos jovens, estamos em plena formação, não pudemos aproveitar ainda nossas possibilidades. Os contrastes decorrem, em grande parte, da vastidão territorial e das diferenças de climas e de solos” (Idem, p. 20).

São dois Brasis, mas diferentemente de Jacques Lambert, são divididos em atlântico, povoado, e sertanejo, despovoado. Para Lambert, existia uma economia e uma estrutura social dualista,

“dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade.” (Lambert 1973, p. 101)

Havia, para ele, um Brasil novo, próspero e moderno, e um outro, velho, pobre, *“imutável, que conserva ainda hoje os costumes do período colonial”* (Idem, 102); o primeiro era a parte sul do país e o segundo o Nordeste, *“duas épocas de uma mesma civilização: os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos.”* (Idem, p. 103). Apesar de cada um ter seu próprio domínio, o Nordeste possuía alguns centros da nova civilização industrial e o Sul várias localidades nas quais as atividades modernas não haviam penetrado. E a sociedade arcaica e a sociedade progressista estavam *“unidas pelos elos da mesma língua e da mesma história e pela comunhão do mesmo nacionalismo. São duas sociedades que se querem fundir e não se separar; ...”* (Idem, p. 192). Considerava que éramos mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido e propunha o *“progresso da instrução”* como o caminho para a parte *nova* do país transformar a velha sociedade.

Normalmente, Aroldo de Azevedo não fala dos mais pobres e sim das regiões *“menos favorecidas”*. *“Domínio geográfico”* é a área onde algo se encontra (ou seja, geografia é localização, natureza), a extração de madeira não tem problemas. Cita nossas matérias-primas minerais, mas nada sobre suas exportações em estado bruto, e afirma que, com tantas matérias-primas e fontes de energia, *“nada mais justo que o Brasil viesse a industrializar-se”* (1968a, p. 158). Não explica, porém, as razões de nosso atraso industrial, exceto que o Brasil é um país muito jovem, tem um longo caminho a percorrer, como aconteceu com outros países; é só esperar !

Os portugueses não são exploradores mas um povo que *“durante quase três séculos (1532-1822) povoaram o Brasil na qualidade de colonos”* (Idem, p. 70), dos quais recebemos *“um patrimônio que não tem preço”* (Idem) e que nos ensinaram *“a não fazer diferenças entre as raças, demonstrando que todas são iguais, ao cruzarem-se com os índios e com os negros, produzindo larga mestiçagem”* (Idem, p. 71). Aqui A. de A. confunde a ausência de preconceito

sexual com inexistência de preconceito racial; só faltou afirmar que os portugueses não possuíam preconceito em relação aos **seus** escravos. Ora, a miscigenação no passado era mais um ato de dominação que de integração. É a Geografia contribuindo para a inculcação do mito da *democracia racial brasileira*¹¹ que possui funções muito claras: mascarar o preconceito, justificar a opressão e evitar tensões sociais.

Aliás, o negro é colocado como o principal representante das “*minorias étnicas existentes no Brasil*” (Idem, p. 76), cuja “*posição modesta*” na sociedade brasileira deve-se a sua origem, principalmente quanto aos “*bantus, mais rudes e mais atrasados*” (Idem). Em outro livro (**Geografia do Brasil**, 1976) está escrito que na extinção da escravidão

“*não se derramou sangue para conseguí-la (bem ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos) e pelo menos 600.000 negros foram beneficiados com essa medida redentora*” (1976a, p. 127)

e que o negro, em regra, se caracteriza pela “*pouca expansividade, o temperamento pacífico, uma certa tendência ao sincretismo religioso*” (Idem, p. 129). Quando, em outro livro (**Geografia Geral**, 1959), refere-se aos negros do sudeste dos EUA, evita mencionar as palavras escravo e escravidão; escreveu simplesmente que

“*foram trazidos da África no período colonial, a fim de trabalhar na lavoura e lá se mantiveram isolados das demais populações, embora falando a língua inglesa*” (1959, p. 43-44).

Será que o isolamento foi porque, como ele mesmo disse,

“*o aperfeiçoamento da raça constitui, efetivamente, outra constante preocupação do povo americano, que se dedica com zelo à prática dos mais variados esportes*” (Idem, p. 50) ?

Já para a América do Sul os negros, segundo ele, vieram porque

“*as necessidades da agricultura (cana, café) e da extração de minerais exigiram, porém, braços mais habituados aos climas quentes de nosso continente:...*” (Idem, p. 88).

Ora, o ameríndio tropical também estava acostumado com o clima quente mas neste livro não cita que ele também foi escravizado¹² e não explica porque foi substituído pelo negro em diversas regiões.

Retornando ao livro em questão (1968a), ao tratar do tema a “*conquista e a ocupação do solo*”, deixa claro que é indiscutível o *direito português* sobre o Brasil

¹¹ “*Embora heterogêneo em sua composição, não apresenta, porém, a complexidade existente em muitos outros países do MUNDO e, sobretudo, não conhece os graves problemas étnicos nêles registrados, onde os antagonismos ou os preconceitos raciais separam as populações de maneira profunda*” (Azevedo 1972, p. 16).

¹² Faz essa citação em **Terra Brasileira** (1968a).

e que o povoamento só se iniciou em 1532¹³ e ainda possuía obstáculos decorrentes das enormes distâncias, das “*conseqüências do clima tropical*”, de alguns aspectos naturais e dos “*índios em plena selvageria*”. Mas o povoamento “*foi uma obra admirável, que nos enche de respeito e de assombro. Uma tarefa de gigantes*” (1968a, p. 99). E uma dessas raças de gigantes foram os bandeirantes (Idem, 107). Mas os índios “*precisam ser assimilados pela civilização, sob pena de desaparecerem totalmente*” (Idem, 80), não esclarecendo se este desaparecer é físico ou cultural; mas, pelo jeito, não fazia muita diferença. Pois, citando Oliveira Viana¹⁴, afirma que o índio é “*absolutamente incivilizável, isto é, inteiramente refratário a qualquer influxo educativo*” (1976a, p. 133). Diz ainda que “*sua inteligência é normal. (...) Sua índole é pacífica, salvo quando se torna vítima da maldade do civilizado*” (Idem). Porém, quatro páginas depois, ao explicar a maritimidade do povoamento quinhentista — sempre exagerando o papel das escarpas do Planalto Brasileiro como barreira natural¹⁵ — cita como uma das razões “*a presença, no altiplano, de índios belicosos e hostis, os pertencentes ao grupo jê ou tapuia*” (1976a, p. 137). O branco nunca é colocado como invasor; o índio é que é uma ameaça a ele. O fracasso da “*escravidão vermelha*” foi devido “*a diferenças de estádio cultural, índole independente do indígena, fugas constantes, inadaptação às atividades agrícolas. Já a escravidão negra (...) deu resultados satisfatórios,...*” (1976a, p. 176) e, como não cita as razões, pode levar os leitores a concluir que os negros possuíam características opostas a dos índios. No livro, **Leituras Geográficas** (1958), destinado às quatro séries ginasiais, apresenta um texto de Frederico A. Rondon onde, além de nos informar que o índio é um *sportman*, diz que

“a população indígena está, naturalmente, escalonada em diversos graus de civilização. Dos dois milhões da população global não seria exagêro destacar 10% ou 200.000 índios que representam o contingente que já atingiu a mentalidade do colono. Estes adotam os hábitos civilizados,...”
(1958, p. 123-124);

entretanto, não elenca quais são esses hábitos. Avisa que

¹³ Nunca especifica que é o início da ocupação, que é o povoamento do conquistador. Chega a afirmar que os povoados quinhentistas eram “*verdadeiros ‘nódulos’ de população no imenso ‘deserto’ humano no Brasil de então*” (1994, p. 32). Fala em habitantes e escravos. Ao descrever cidades coloniais brasileiras, fala dos fidalgos mas não dos pobres e nem dos escravos que puxavam as “*traquitanas*” (de duas rodas) (Idem, p. 50), e não analisa a segregação espacial urbana. Neste assunto, a ótica é sempre a lusitana: “*a defesa contra ataques de inimigos, que poderiam ser os índios, mas também o invasor estrangeiro*” (Idem, p. 58-59). Omite o processo de subdesenvolvimento, de dependência, como se o processo de ocupação não fosse coordenado pelo exterior

¹⁴ In: **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1956.

¹⁵ como também no seu artigo sobre vilas e cidades do Brasil colonial (1994, p. 31).

“julgar o índio pelo aspecto festivo da vida destas tribos equivale a julgar o civilizado por seu carnaval. O índio também costuma fantasiar-se de ... índio” (Idem, p. 124)¹⁶.

Em compensação, os primeiros colonizadores eram

“homens simples e rudes, sem grande cultura, educados dentro dos princípios da moral cristã e já possuidores das qualidades de coração que tão bem caracterizam o povo português” (Idem, p. 118).

De sua mestiçagem com o negro resultou o mulato, que

“não possui grande disposição para os trabalhos pesados, nem muita inclinação para o comércio ou indústria; isto, aliás, já se verificava desde os tempos coloniais. Em compensação, não se pode negar o irresistível pendor para a literatura, para a política, para as artes. Viva inteligência e sagacidade de espírito são qualidades que não lhe faltam” (Idem, p. 122-123).

Diferente dos caboclos, que são

“sóbrios, algo fatalistas, escondem em seu íntimo características psicológicas contraditórias: destemerosos e com agudo sentimento de honra, podem tornar-se traiçoeiros e vingativos, por vezes fanáticos em matéria religiosa. (...) Muitos deles, todavia, ascenderam na escala social, destacando-se como militares e políticos, sobretudo” (Idem, p. 123).

E sobre o caboclo nordestino na Amazônia, ficamos sabendo, através de um texto de Raymundo Moraes, que

“é andarilho e carnívoro, se bem que o seu alimento principal seja o feijão. (...) Sem finura nem astúcia para vencer pela simulação e pela perfídia, a coragem é o broquel que o defende. Leva tudo a bala” (1958, p. 125).

O programa da terceira série ginásial era o livro **As Regiões Brasileiras** (1968b), onde cada uma das regiões brasileiras tem sua descrição dividida em a Terra, o Homem e a Economia. Nossos contrastes, além de essencialmente naturais, são os da cor da pele ou de cidades e zonas rurais, não os de classes sociais, e *“todos se orgulham das mesmas tradições históricas”* (1986b, p. 20). Focaliza “o

¹⁶ Em outro livro didático, escreve que na América Anglo-Saxônica os “*indígenas, são hoje em pequeno número*” (1959, p. 44) mas não explica a razão; informa que na América do Sul “*muitos deles, entretanto, se mantêm no mais baixo grau de civilização e evitam contato com os que pretendem tirá-los da selvageria (como os do Brasil)*” (Idem, 88). Em outro livro, diz que “*os povos de civilização inferior desconhecem as cidades. Elas aparecem (...) nos pontos em que a civilização alcançou um grau mais elevado*” (1943, p. 229). Se isso é verdade, é necessário reconhecer que os construtores de Tenochtitlán e Cuzco tinham um grau elevado de civilização; mas nada diz sobre os impérios pré-colombianos. Em suma, não consegue admitir que há civilizações diferentes e não, necessariamente, um grau de superioridade.

quadro criado pela natureza e o homem que nele vive, através das relações entre um e outro”(Idem), não mostrando que estas relações dependem das relações que os homens possuem entre si. Procura “realizar pequenas **sínteses geográficas** (...) estudando cada uma delas como se fosse um todo” (Idem), isolando-as assim das relações internas (do país) e externas, como se não se constituíssem em espaços derivados. A visão que demonstra é de que as regiões são “pequenos ‘mundos’ dentro de um verdadeiro ‘continente’, que é o nosso país”, tão grande que “não precisamos ambicionar terras de outros países” (Idem, p. 269).

Interessante observar que, num texto não didático, afirma que o “Brasil possui uma economia do tipo ‘colonial’ “ e que conta “com várias regiões diferentes por suas condições naturais e pelo seu desenvolvimento econômico — ... —o Brasil assemelha-se, sem nenhuma dúvida, a um Império Colonial” (1972, p. 25). Encerra, no interior de suas fronteiras, metrópole e áreas coloniais; há

“**um centro vital**, uma espécie de Terra-coração (‘Heartland’ ou ‘Core Area’), de onde parte a voz de comando ou a orientação e para onde convergem as atenções das demais regiões, a representar o papel de **metrópole** de nosso ‘Império Colonial’. Trata-se do ‘triângulo’ Guanabara-Minas Gerais-São Paulo,...” (1972, p. 27).

Não realiza este mesmo raciocínio nos livros didáticos e nem o estende para o papel do Brasil no mundo. A impressão que dá é que aos jovens deve ser mostrado o lado bom, a sociedade ideal, não devendo os mesmos terem acesso a certas realidades; estas seriam mais para os especialistas, para os que *comandam* o país. Se o mesmo raciocínio metrópole-colônia fosse estendido para as relações mundiais, a visão grandiosa sobre o nosso futuro teria que ser revista e a situação neocolonial do país deveria ser admitida.

No livro sobre as regiões brasileiras ao analisar a região do “Inferno Verde” (Alberto Rangel), onde a natureza dificulta até a queimada (1968b, p. 61), — como se essa técnica fosse adequada —, passa a impressão que durante o *ciclo da borraça* (1870-1910) não houve exploração, servidão, ostentação, e dependência. Já no Meio Norte, o fazendeiro dispõe de “prestígio político e de poder” (Idem, p. 88) mas não é analisado o que significa este poder.

Na descrição da região Nordeste, a fome e a sua relação com o *plantation* de cana não aparecem. Sobre o interior da região, que “vive sob a tirania do clima” (Idem, p. 103) e da vegetação, — caatinga para os tupis e “*silva horrida*” para o alemão Martius — passa a idéia de que açudes são a solução, que melhora regional passa pelo combate às secas¹⁷. Construir uma hidroelétrica, pelo texto, só traz van-

¹⁷ No livro **Geografia Geral** (1943) escreve: “Em nosso Nordeste, onde dominam as secas, são famosas as culturas de *vazantes*” (p. 140); como não especifica que é no Sertão, passa a idéia de que todo o Nordeste é semi-árido.

tagens. Os problemas são a chuva e o atraso técnico. Nada é político, nada é citado sobre a *indústria da seca*, sobre o latifúndio. No livro, **Leituras Geográficas**, coloca um pequeno texto de Gustavo Barroso sobre os horrores da seca, onde fica claro que tudo é por culpa da natureza (1958, p. 133-134), seguido por um trecho dos *Sertões*, de Euclides da Cunha, aquele que diz que o “*sertanejo é, antes de tudo, um forte*”, além de “*desgracioso, desengonçado, torto*”. Mas, segundo Aroldo de Azevedo, este sertanejo “*quando abandona suas¹⁸ terras ... o faz ... forçado pelas condições do clima;...*” (1968b, p. 111) pois entre os graves problemas da atividade agrícola “*o mais angustiante é o da escassez das chuvas*” (Idem, p. 124). Chega a citar, num parágrafo, os problemas econômico-sociais do Nordeste mas nada propõe, na esfera econômica e social, para modificá-los. No livro para o colegial, afirma que

“*na luta **contra**¹⁹ as secas, que periodicamente flagelam o Sertão nordestino, o Governo Federal e a iniciativa particular continuam a tomar providências em benefício da vida agrícola*” (1976, p. 179).

Quando escreve sobre o passado, em nenhum momento o português é visto como estrangeiro; *cobiça estrangeira* é de holandeses, franceses e outros. Há, inclusive, a **nossa** produção de cana, a **nossa** produção de ouro, como se esse **nosso** não fosse de Portugal. Povoar o país continua sendo a chegada dos europeus (1968b, p. 208 e 223) e foi somente para povoar o Brasil Sertanejo, o Centro Oeste “*deserto de homens, uma terra de futuro*” (Idem, p. 251), que Brasília foi construída, com a completa omissão dos aspectos geopolíticos.

O livro (*Regiões Brasileiras*) contém algumas imprecisões; graus centígrados nunca vêm acompanhado da letra C (25° e não 25°C), a bibliografia citada no final não traz a edição e a data, afirma que os jesuítas entregaram suas propriedades ao “*governo português quando a Companhia de Jesus foi extinta (1760)*” (Idem, p. 78) e, sobre o carvão-de-pedra do sul do país, diz que, “*devido à sua idade geológica, esse combustível apresenta inconvenientes...*” (Idem, p. 229). “*Problema geográfico*” é problema natural (por exemplo: como classificar a foz do Amazonas: estuário ou delta?), “*posição geográfica*” é sinônimo de localização (Idem, p. 136 e 214) e “*situação geográfica*” é a localização em relação a altitude, relevo, proximidade do mar (exemplo: Curitiba apresenta uma situação geográfica semelhante à de São Paulo (Idem p. 215-216); o termo geográfico é normalmente usado relacionado à natureza.

Ao encerrar essa “*viagem através do país*”, onde o homem foi um elemento a mais na composição das paisagens, tem-se a idéia de que cada região é um país dentro do Brasil, apesar do título da conclusão, que nos avisa: “*Um Brasil só*”. Pois

¹⁸ como se as terras fossem do retirante (grifo nosso).

¹⁹ o que já demonstra o erro de *concepção técnica* (grifo nosso).

“*somos todos irmãos*”, “*filhos de uma Pátria só*”, “*cremos em um só Deus*”, nossa língua é uma só, não há ódios a nos separar e “*herdamos um patrimônio territorial e um passado que não tem preço*” (Idem, p. 270).

O quarto volume para o antigo ensino médio, **Os Continentes** (1969b), nos propõe “*uma viagem longa e emocionante*”²⁰ mas onde nada se consegue ver além da paisagem. É uma descrição de características dos continentes, na qual não encontramos causas e a realidade não resulta de processos históricos.

Afirma que diferenças entre América do Norte e do Sul

“*não nos devem impressionar, porque são resultantes de condições geográficas, de acontecimentos históricos e de uma natural evolução econômica. (...) A América é uma só*” e aqui “*todos temos as mesmas oportunidades e iguais possibilidades, porque não nos separam diferenças de classes ou de castas*” (1969b, p. 6)

A América do Sul atravessa o seu capítulo sem fome, sem exportar matérias-primas a baixos preços, sem dominação. Na América Central nada há de ilegítimo na Zona do Canal e parece que não ocorreu uma revolução em Cuba²¹. A impressão é de que os EUA sempre foram assim, surgiram num dos seis dias da Criação; seu processo de ocupação aparece num mapa (Idem, p. 74) e nele, as terras antes mexicanas, foram cedidas. Não se destaca a existência da escravidão. O *Big Stick* nunca foi usado. No Canadá não há conflitos com os franceses de Quebec.

Na Europa, é citado que a Alemanha foi dividida mas não a razão. ETA, IRA e Guerra Fria não aparecem. Plano Marshall, COMECON, NATO e Pacto de Varsóvia não são sequer citados. Países sob a influência soviética são mencionados; os outros não sofrem nenhuma influência. O mesmo ocorre nos textos referentes à Ásia: “*o Vietnã do Norte é uma república sob o regime comunista, de 158.750 Km² de área e (...); o Vietnã do Sul é uma república com 170.806 Km², ...*” (Idem, p. 182); a Coreia do Norte, “*sob regime comunista, que ocupa uma área de ...*”, a Coreia do Sul, “*que ocupa uma área de ...*” (Idem, p. 190)²². E a Ásia parece estar em paz na década de sessenta. Não há conflitos entre Israel e os palestinos, o petróleo

²⁰ Em 1952, no livro *Geografia Geral* (1959), escrevia que era “*Uma viagem longa, talvez cansativa, mas confortadora.*”, que serviria para mostrar que os outros povos também têm problemas, mas nós, brasileiros, “*podemos encarar com absoluta confiança o futuro que nos foi traçado pela mão de Deus*” (1959, 10) “*..., compreenderá os motivos que nos levam a ter orgulho de haver nascido em terras da América. Percorrerá as paisagens da Europa (...) e saberá porque devemos admirar os que ali vivem, autores de uma civilização que também é nossa.*” (Idem). Do Novíssimo Continente, “*apenas a Austrália merece um destaque especial, pois ali se assentou uma civilização de fundo totalmente europeu*” (Idem, p. 22) “*A cultura européia é imortal*” (Idem, p. 142).

²¹ A primeira edição do livro é de 1966, sete anos após a derrubada de Fulgêncio Batista.

²² Num outro texto diz, *imparcialmente*: “*a Coreia, também dividida em duas em virtude do choque entre o Mundo Soviético e o Mundo Livre*” (1955, p. 52).

é uma simples riqueza mineral, não há pobreza na Índia, nem guerra no Vietnã e a IIª Guerra Mundial nada fez ao Japão. Os problemas sociais aparecem numa foto onde se vêem sampanas (Idem, p. 181).

A África também é um mar de tranqüilidade; nada é escrito sobre as graves conseqüências da partilha européia ou sobre o neocolonialismo. Nem conflitos tribais ocorrem. O *apartheid* é referido no fim de um capítulo, após o resumo, num complemento chamado “*Pequenas Notas*” (Idem, p. 239). Num outro *pequenas notas* há uma diferenciação interessante entre árabes e bérberes, dada a possibilidade de confundí-los, pois ambos são morenos e maometanos. Os árabes

“são graves, indolentes, fatalistas, teimosamente presos às suas instituições patriarcais, preferindo a vida livre do nomadismo pastoral”; os bérberes *“são curiosos, conversadores, dedicados ao trabalho, exímios nas trocas, democráticos por índole e, por isso mesmo, mais assimiláveis aos costumes europeus”* (Idem, p. 215).

A África é normalmente tratada sob a ótica européia. Sobre as religiões predominantes sempre se limita a escrever que há uma

“multidão de cultos fetichistas, que dominam entre os indígenas de civilização mais atrasada e contra os quais lutam, abnegadamente, numerosas ‘missões’ religiosas” (1959, p. 220).

Povoamento é sinônimo de penetração européia, os males da partilha realizada pelas potências européias são omitidos e declara que é

“na África mediterrânea e na África do Sul, regiões mais propícias ao estabelecimento de europeus, que podem ser encontradas as mais importantes realizações no sentido de levar ao vasto continente cultura e civilização” (Idem, p. 225).

Em outro livro (1961b), escreve doze páginas (150-161) sobre a África do Sul e nada cita sobre o *apartheid* — nem o termo aparece —; sua história é a dos bóers e dos ingleses, sendo que os nativos são citados somente num parágrafo. No final do capítulo, há um texto interessante quanto ao uso da mão-de-obra no país, de autoria de Jacques Weulersse, que também não faz referência explícita ao *apartheid* mas critica justamente o que Aroldo de Azevedo acabara de fazer:

“Nossa geografia clássica é quase unicamente um ‘geografia branca’: o mais ínfimo centro de algumas centenas de colonos é marcado cuidadosamente em nosso atlas; em contraposição, ignoramos até mesmo o nome de tribos que contam várias centenas de indivíduos. A ‘geografia negra’ (...) encher-nos-ia de espanto ao fazer aparecer um país completamente diferente daquele que imaginamos e, ainda hoje, verdadeiramente desconhecido” (1961b, p. 162).

No livro *Os Continentes* existem ainda algumas imprecisões como “a distribuição das espécies animais e vegetais e do próprio homem na América do Sul, está condicionada pelo relevo” (1969b, p. 17), o Paraguai “é um país mesopotâmico” (Idem, p. 20), “o clima canadense é excessivo...” (Idem, p. 65). E inexistem, em todo o livro, referências a taxas de analfabetismo, de distribuição de renda ou dados sobre estrutura fundiária, dos países do mundo.

Destinado ao primeiro colegial, de grande influência — no tocante a aspectos físicos — nos livros didáticos escritos posteriormente por outros autores, e realizado segundo a reforma dos programas para o curso secundário, o que deixa claro que este era o programa oficial no final da década de 40 e na de 50, é o livro **Geografia Física** (1961a), cuja primeira edição data de 1947²³.

Na Introdução, realiza um pequeno histórico da Geografia, da Antiguidade a Paul Vidal de la Blache (1845-1918). É uma citação, em ordem cronológica, de autores e obras, feita de modo acrítico, escondendo o pensamento tanto de Friedrich Ratzel (1844-1904) como de Élisée Reclus (1830-1905) ou de qualquer outro. Quando vai além disso, passa a impressão de que a Geografia foi influenciada somente pelas navegações (e no sentido de conhecimento de novas terras) e pelo progresso das ciências da natureza.

“O século XVII foi bastante proveitoso para a Geografia, em virtude dos admiráveis progressos registrados no campo das ciências físicas, da Astronomia e da Matemática. Assistiu ao nascimento, em caráter autônomo, da ‘geografia física’,...” (1961a, p. 23).

Além da omissão do processo histórico, já deixa claro que ao menos *uma das geografias* passou a existir. Mas reconhece que não era ciência pois diz que o

“século XVIII serviu para preparar o advento da Geografia como ciência. Cristalizou-se nele a **cartografia**, devido principalmente à contribuição dos franceses. Registraram-se importantes progressos no campo da **geografia física pura** e surgiu um novo ramo da ciência geográfica — a **biogeografia**” (Idem, p. 25; grifo nosso). E, “nada impede que lhe demos existência autônoma” (Idem, p. 35).

Entretanto, no século seguinte, essa *evolução* termina.

“O século XIX pode ser considerado o **século de ouro** da Geografia: definiram-se seus grandes princípios, fixando-se **definitivamente** suas dire-

²³ A Portaria Ministerial nº 1045, de 14/12/1951, não vai, na essência, mudar este conteúdo. O primeiro colegial estudará *Geografia Física*, o segundo colegial *Geografia Regional* do mundo e o terceiro, *Geografia do Brasil*. O programa oficial do segundo colegial, excetuando a União Sul Africana, só contempla as colônias afro-asiáticas no estudo da *Commonwealth of Nations* e da União Francesa; seus títulos são: I. “*A América Meridional e a América Setentrional*”; II. “*A Comunidade Britânica*”; III. “*O Continente Europeu*”; IV. “*A China e o Japão*” e V. “*O Indostão. Pérsia. Ásia Menor. Egito.*”

trizes, perdeu ela seu caráter meramente descritivo para tornar-se explicativa, o que lhe valeu a honra de ocupar um lugar no quadro geral das ciências; completou-se o seu vasto campo de ação, com o advento de um novo e importantíssimo ramo — a geografia humana” (Idem, p. 27; grifos nossos).

Repete a definição de Emmanuel de Martonne sobre Geografia, presente em outros livros seus e a existência de três ou quatro (com a Astronômica ou Matemática) geografias, que serão subdivididas em outras geografias; vários ramos que conseguem viver fora da árvore. Entretanto, procura ressaltar que a Geografia possui um modo particular de encarar os problemas:

“realizando uma síntese das mais diversas contribuições e encarando os fatos observados dentro de seus grandes princípios, realiza obra própria, que nenhuma outra ciência será capaz de realizar. Daí decorrem toda sua importância e originalidade” (Idem, p. 35).

Todavia, que síntese é essa ? Uma síntese que separa os aspectos físicos, humanos e econômicos, ou seja, uma síntese que são três sínteses ? O

“fato geográfico — tipo de relevo ou de clima, uma paisagem vegetal ou aglomerado humano, um gênero de vida ou um certo tipo de transporte, por exemplo” (Idem, p. 35-36),

assim por ele definido, pode ser qualquer fato.

Isso ajuda a explicar porque o livro, após o breve histórico, começa com o Universo — não só o livro dele, mas também os que vieram depois, começam o programa da 5ª série com este tema. Por que a Geografia deve ensinar sobre as estrelas, as nebulosas, os detalhes da Lua ? Uma das provas da redondeza da Terra (embora na abertura do capítulo haja uma foto da Terra tirada pelo foguete V2) é o horizonte **visual ou geográfico**, *“a linha em que o céu parece se encontrar com a superfície terrestre”* (Idem, p. 60); se esse é o horizonte geográfico, geografia é o que se vê e não vai além do que a vista alcança.

Sendo um livro de “Geografia Física”, o homem está ausente, exceto para mostrar como é influenciado pelo clima (Idem, p. 134 a 138), onde podemos descobrir que

“flagrantes são as diferenças entre os habitantes das regiões de clima quente e os das terras árticas: os primeiros, por se acharem reduzidos ao mínimo suas necessidades, uma vez que a natureza é pródiga em virtude do clima, dedicam-se com mais frequência às coisas do espírito e entregam-se, muitas vezes, à inatividade e à indolência; os habitantes da zona ártica, pelo contrário, de tudo necessitam, passando a existência numa incessante luta para que não lhes falem o alimento e um relativo conforto, o que os torna aptos a suportar a dor física e com pouca ten-

dência à espiritualidade. Em nosso próprio país, encontramos dois dos tipos humanos que oferecem um flagrante contraste, cuja explicação em parte pode ser dada pelas condições do clima: o sertanejo do Nordeste, afeito à vida áspera da caatinga semi-árida, e o gaúcho do sul, jovial e fanfarrão, refletindo a doçura de suas verdejantes planícies,...” (Idem, p. 138).

Aproxima-se também das afirmações de deterministas, como da estadunidense Ellen Semple (1863-1932), ao citar — e não contestar — um texto de M. Fallex e A. Gibert, onde afirmavam que a vida nas altas montanhas

“é rude e tal vida torna os corpos robustos. (...) A montanha é, por isso, uma região de dispersão para o homem, do mesmo modo que para o rio; mas o amor ao torrão natal faz voltar o montanhês à sua montanha. Em muitos casos, as longas reclusões do inverno fizeram nascer pequenas indústrias domésticas, tais como a escultura sobre madeira e a relojoaria, no Jura. Enfim, a vida de isolamento, nos vales que se comunicam dificilmente, desenvolve o amor à independência, nos Alpes notadamente, sobretudo nos Alpes suíços” (Idem, p. 253).

O homem ainda é citado como um dos agentes exógenos do relevo (Idem, 249), é dedicado a sua ação como agente do relevo, como “*fator geomórfico*”, um parágrafo de uma leitura complementar (Idem, p. 239) — sem nada relacionar com sua organização social — e mais cinco linhas no apêndice (Idem, p. 355) como responsável pela extinção de alguns animais — sem citar as razões²⁴.

Se “*classificar as formas de relêvo constitui a primeira grande tarefa do geógrafo*” (Idem, p. 247), se “*tentar encontrar uma explicação para essa diversidade (de vegetação) constitui uma importante tarefa do moderno geógrafo*” (p. 333), a Geografia só pode ser concebida como uma ciência da natureza, que prescindir do ser humano, o que permite, sob uma ilustração a respeito das massas conti-

²⁴ Esta visão determinista não é rara. Aparecem em outros textos afirmações como “*Os homens das regiões temperadas e frias são, forçosamente, mais ativos. Já os que vivem nas regiões muito quentes são, por sua vez, vítimas de uma certa indolência que só o clima pode explicar. Mais alegres e joviais são os povos das regiões temperadas; são melancólicos os que moram nas zonas equatoriais*” (1943, p. 173). O sertanejo nordestino “*é melancólico, paciente, conformado com a vida áspera das caatingas*” e o gaúcho “*caracteriza-se por sua jovialidade, despreocupação e atitudes destemerosas*” (Idem, p. 187). Afirma ainda que os geógrafos alemães, tendo à frente Ratzel, exageraram a influência do meio sobre o homem e “*criaram a doutrina determinista para a qual o meio é tudo, nada mais sendo o homem que um seu produto, incapaz de uma influência decisiva*” (Idem, p. 188). Isto é uma simplificação, fruto da influência francesa pois “*Ratzel não recorreu apenas às influências ambientais, mas igualmente, ou mais ainda, aos fatos histórico-culturais. Num de seus ensaios ressalta a grande significação do fator cultural, declarando: ‘Eu talvez pudesse compreender a Nova Inglaterra sem conhecer a terra, mas nunca sem conhecer os imigrantes puritanos’*” (BROEK 1972, p. 30). Já Aroldo de Azevedo, sobre a Ásia monçônica diz: “*Como é natural, um clima que possui tais características, influi poderosamente sobre o ritmo de vida da massa humana que se encontra sob o seu jugo*” (1961, p. 304).

nentais da era secundária, colocar o título “*Geografia da era Mesozóica*” (Idem, p. 238) ou dedicar um capítulo à distribuição dos animais pelo mundo (cap. XXVIII, p. 348 a 366). Existe, então, geografia sem o homem e geografia com o homem — porém, abstrato, ideal.

E isso apesar de, na introdução, citar os chamados princípios da geografia contemporânea e seus autores: de “extensão”, Ratzel, de “analogia” ou de “geografia geral”, Ritter e Vidal de la Blache, e da “causalidade”, Humboldt. Princípios não analisados, como se devessem ser, simplesmente, aceitos. Dada a citação dos mesmos em livros de outros autores, cabem aqui algumas observações. Por exemplo, o princípio de extensão — o geógrafo deve delimitar o fato estudado, localizando-o na superfície terrestre — pode levar ao isolamento deste *fato*, como se ele existisse por si só, omitindo seu relacionamento e sua localização no *tempo histórico*. Ou seja, ao delimitar a extensão, pode-se esconder uma extensão maior que o fato possui; localizá-lo somente na superfície é omitir seu significado. O princípio da causalidade, da maneira que é formulado — deve-se buscar as causas dos fatos observados e examinar as conseqüências — pode restringir os fatos somente às situações locais. Causa, quando se restringe ao visível, pode ser o que vem imediatamente antes e conseqüência o que vem logo depois. Assim entendida, essa concepção impede a busca das causas mais profundas na apreensão do todo.

Mais complicado ainda é o princípio de analogia ou de geografia geral: é preciso comparar um fato com outros, buscando as semelhanças e as diferenças, retirando daí leis. Inicialmente, isto já é beber nas mesmas fontes das ciências naturais, como se pelo fato de o princípio da queda dos corpos ser válido aqui ou na China, a mesma concepção de lei científica pudesse ser usada na explicação dos fenômenos sociais. Além disso, essa analogia pode nos limitar à aparência, ao exterior, à forma e não ao conteúdo, como se duas caixas semelhantes contivessem necessariamente a mesma coisa. E “*nenhuma verdade no mundo físico é definitiva e ainda menos o é no domínio social*” (SANTOS, M. 1978a, p. 25). Ao se comparar fatos de épocas diferentes se está, implicitamente, aceitando que os fenômenos históricos se repetem e adotando uma visão mecanicista de história. E, mais importante, a própria ocorrência de coincidências não supõe repetição de causas, como, por exemplo, no fenômeno da urbanização. As pessoas que verificaram este fenômeno, em lugares e épocas diferentes, realizaram isto com a mesma teoria e com o mesmo objetivo?

Coincidência é algo arbitrário e não necessariamente científico. Se fosse possível estabelecer leis sociais gerais e universais, teríamos um poder de predição: irá acontecer isso e a causa é esta, omitindo certas *particularidades* como o tipo de sociedade, pois analogia pressupõe que todas as sociedades sejam iguais. As causas da urbanização de Recife e de Paris são diferentes no tempo, nos fatores, no espaço; esquecendo isso, conclui-se que urbanização é sinônimo de industrializa-

ção e que o processo dos países do Terceiro Mundo é análogo ao dos países que já realizaram a sua Revolução Industrial antes do século XX, como se as relações internacionais e as condições fossem as mesmas. Mesmo nos países do chamado Terceiro Mundo, onde o fato de o fenômeno ser mais recente dá um aspecto de parentesco, as situações são diferentes, impedindo que se analise como igual o fenômeno da urbanização no Rio de Janeiro e em Calcutá. E o que comparamos para concluir pela semelhança: o número de habitantes, o sítio urbano, a função, os problemas, a segregação espacial?

Como afirma Milton Santos (1978b, p. 18),

“é da refutação do método de analogia que se pode esperar uma compreensão clara dos problemas fundamentais dos países subdesenvolvidos, principalmente se quisermos dar uma contribuição, por pequena que seja, para a sua solução. Um remédio que convém a uma dada situação pode não servir para outra doença”.

E conclui citando Jan O. M. Broek:

“Como os dados quantitativos sobre o comportamento do homem são disponíveis quase que unicamente nos países desenvolvidos, correspondendo, no máximo, a um século, tende-se a construir modelos derivados dos fenômenos observados ‘aqui e agora’, deixando-se totalmente de lado as épocas precedentes e as influências de outras culturas. Tal comportamento é odioso, pois que projeta um modelo que é um resultado de circunstâncias especiais mesmo sobre o mundo inteiro, proclamando-o como verdade universal e medindo com ele situações diferentes em outros países, considerando-os como ‘desvios’ do conceito ‘ideal’.” (Idem, p. 18-19).

Mais grave é a atitude freqüentemente tomada por Aroldo de Azevedo — e que hoje ainda permanece — de realizar analogias do domínio social com o mundo físico, talvez na tentativa de dar um caráter de ciência exata à Geografia, como se as ciências físicas fossem exatas.

“No mais, a atitude principista restringiu uma verdadeira discussão de metodologia, dando margem para a diversidade de posições também nesse nível. A generalidade dos princípios permitia que posicionamentos metodológicos antagônicos convivessem em aparente unidade” (MORAES 1981, p. 26).

O livro de A. de A. para o segundo colegial, nas décadas de 50 e 60, era **Geografia Regional** (1961b), que trata das diversas regiões do mundo (Mundo Americano, Mundo Britânico, Mundo Europeu Continental e Mundo Oriental) e possui uma introdução cujo título é “*A Conquista da Terra*”, onde procura

“mostrar a lenta expansão do horizonte geográfico da civilização europeu-mediterrânea, a que estamos unidos por laços estreitos e indestrutíveis” (1961b, p. 9).

No capítulo referente ao Mundo Americano, simplifica a expansão dos EUA, afirmando que

“o desejo de expansão para o oeste surgiu antes mesmo que se consumasse a independência das treze colônias: foi conseqüência da perda do Canadá pelos franceses (1763)” (Idem, p. 83) mas *“demoraram a se preocupar com a conquista de domínios fora de suas fronteiras. A política do presidente James Monroe, aliás, concorria para esse desinteresse, uma vez que preconizava o princípio da não-intervenção, através do lema — ‘A América para os americanos’”* (Idem, p. 96).

O que é uma certa confusão pois os EUA procuravam, aparentemente, não se imiscuir em assuntos internos da Europa mas já reservavam o continente americano para o seu próprio imperialismo.

Escreve que a Comunidade Britânica das Nações

“constitui uma associação de Estados praticamente soberanos, que, juntamente com territórios coloniais, se acham reunidos ao reino da Grã-Bretanha por laços pessoais (desde que respeitam (sic) seu monarca como chefe supremo) e uma fraternal solidariedade. O centro dêsse Império (...) é como se fôra o irmão mais velho de uma grande família, cujos membros, embora ligados por estreitos laços de amizade, se governam por si e podem divergir de seus pontos de vista” (Idem, p. 105).

Durante a Segunda Guerra Mundial, todos os membros, com exceção do Eire,

“acorreram em auxílio da Grã-Bretanha, dando sua colaboração em recursos e homens. Foi, sem dúvida, um belo espetáculo de fraterna solidariedade” (Idem, p. 108). Mas a *“recente criação de novas unidades soberanas (...) parece ter constituído, não um passo para o fortalecimento, mas uma etapa para a separação total da Comunidade; e, se tal vier a suceder, a beneficiária maior será a União Soviética, que terá um campo completamente livre para sua expansão política e ideológica”* (Idem, p. 114).

Este último trecho é raro no livro; ou seja, a existência de alguma análise sobre a ameaça soviética. Mas todo expansionismo estadunidense foi colocado (Idem, 96 a 99) como natural e não como ameaça. A ameaça parece ser a independência das colônias, que pode colocar em risco a fraternal *Commonwealth of Nations*; os ingleses são elogiados — *“um grande povo, que soube impor-se à admiração universal”* (Idem, p. 133) — e as causas da Revolução Industrial são simplificadas,

através da citação de A. Demangeon: “*Foi por sua riqueza em carvão que a Grã-Bretanha conquistou a supremacia industrial a partir dos meados do século XVIII*” (Idem, p. 128).

Passa pelo Tâmisia sem citar sua poluição e não vê contradição em afirmar que o Canadá “*é um país soberano*” onde o governador geral, indicado pela Grã-Bretanha, “*tem o direito de ‘veto’ a todas as resoluções que afetarem a integridade do Império*” (Idem, p. 143). Quanto aos indígenas australianos, “*no mais baixo grau, hoje quase desaparecidos*” (Idem, p. 169), nada diz a respeito de seu quase desaparecimento. No capítulo sobre o Mundo Indiano escreve que, nos

“*últimos cem anos, a Grã-Bretanha representou ali um papel de fiel da balança, conseguindo amenizar os choques entre interesses antagonísticos*” (Idem, p. 299),

como se ela não tivesse instigado conflitos entre as nações ali residentes e não fosse a responsável pela esdrúxula criação do Paquistão (Oriental e Ocidental), um Estado com grupos antagonísticos, separados pela inimiga Índia.

Portugal não deixa de ser elogiado.

“*Sua história é cheia de glórias. Tendo sido, por mais de três séculos, a nossa metrópole, laços profundos e indestrutíveis unem os brasileiros a esse velho e glorioso país europeu*” (Idem, p. 247).

Ao falar da China, onde Portugal ainda — em 1999 será devolvido — administra Macau, omite a Guerra do Ópio (1840-42) mas afirma que

“*o contato da China com o estrangeiro, através de seus portos, foi obtido pela força das armas, pois os chineses pretendiam manter-se no mais absoluto isolamento e recusaram-se a abri-los de modo pacífico*” (Idem, p. 235).

As bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki não são citadas; a única menção distante é que,

“*em consequência do desfecho da última guerra mundial, o Japão foi ocupado, durante alguns anos, pelas tropas dos Estados Unidos, que mantiveram o imperador reinante e a soberania do país*” (Idem, p. 328).

Não há contradição entre ocupar e manter a soberania. Afirma ainda que, no “*ano de 1853, alguns navios de guerra norte-americanos apresentaram-se nas costas do Japão;...*” (Idem, 333); este *apresentar-se nas costas* foi um bombardeio de portos japoneses em 1854, comandado por Matthew Perry, que acabou provocando o colapso do xogunato e a Restauração Meiji (1867-1912). O texto, porém, só diz que o Japão se submeteu às pretensões dos EUA e

“*por meio de tratados o Japão teve de reconhecer aos estrangeiros o direito de comerciar com determinados portos. O povo japonês conside-*

rou isso como uma dolorosa humilhação; mas, por fim, convenceu-se de que a civilização dos homens brancos era muito superior à sua própria” (Idem, p. 333).

Nem um europeu escreveria melhor !

Após a leitura do livro, ainda permanece a questão: qual o porquê desses conhecimentos ? O autor sempre levanta a finalidade de mostrar que não é só o Brasil que possui problemas mas pouco coloca sobre os problemas dos outros países. Repete em vários livros os princípios da Geografia e entre eles o de causalidade, inicia um de seus livros citando, de Camille Vallaux, que “*A Geografia não se contenta em descrever, ela explica*” (1943, p. 14) mas não aplica isso em seus livros, mesmo no tocante à natureza. Afirma que no Brasil os deltas são raros (1943, p. 133), que os vales em garganta são profundos e de vertentes abruptas (1943, p. 139; 1969a, p. 105) mas não explica as razões. Cita as monções mas nada sobre a influência na vida das pessoas e lista os ventos locais sem as suas causas (1943, p. 162; 1961a, p. 114; 1969a, p. 56). Daí talvez decorra a dificuldade de perceber que há mensagens escondidas, que existe um espaço de circulação de idéias e que imposições culturais se constituem também numa forma de dominação. Por isso, quando analisa as muitas maneiras de “*o homem circular seu pensamento*”, só as vê de modo técnico:

“Durante muitos séculos, o meio mais aperfeiçoado de transmitir o pensamento humano a grandes distâncias foi o correio. (...) Por isso mesmo, foi com grande entusiasmo que se teve a notícia da descoberta do telégrafo, (...) Resta lembrar a invenção do telefone (...), sem dúvida alguma o meio ideal de transmissão do pensamento, desde que a própria voz pode fazer-se ouvir” (1943, p. 271-272).

Entretanto, num momento em que no Brasil ainda havia contestação às propostas básicas de Alfred Wegener (1880-1930), Aroldo de Azevedo em nenhum de seus livros deixa de aceitar — ou lança dúvidas sobre — a teoria da Deriva dos Continentes.

Para finalizar, o livro **Geografia do Brasil** — bases físicas, vida humana e vida econômica (1976a), endereçado aos estudantes do ciclo colegial, aos que se preparam para o vestibular, professores, homem comum, e outros. Não traz ilustrações “*porque o leitor já deve conhecer os aspectos marcantes da paisagem do país*” (1976a, p. 9), possui poucos mapas e foi escrito em linguagem “*simples, objetiva, realística*”, conforme a explicação à 6ª edição, datada de outubro de 1974, mês e ano de seu falecimento.

Como sempre, o Brasil é uma Nação gigante, um continente com imensas extensões a povoar, o que traz alguns “*motivos de preocupação*”; um deles é “*ante a cobiça de nações politicamente mais fortes, poderosas, que adotam uma política expansionista ou imperialista*” (Idem, p. 15). Outra é que “*recebemos de nossos*

antepassados uma pesada herança,...” (Idem, p. 16), citação que significa u’ a mudança em relação a textos anteriores, sempre a enaltecer nossa herança histórica. Temos problemas a enfrentar mas “*os nossos, felizmente, têm solução*” (Idem) dada “*uma série de vantagens de que dispomos, no campo restrito da Geografia Física*” (Idem) (nem calores de abrasar nem frios de congelar, sem desertos, furacões, vulcão em atividade, ...); até nossa *situação geográfica*, como sempre entendida como localização, é boa. *Vantagens humanas* não aparecem, exceto que,

“apesar de sua marcante tropicalidade, nosso país apresenta um característico próprio, que o coloca numa posição ímpar entre as demais áreas do Mundo Tropical: sua população é constituída por mais de 50% de indivíduos de cor branca, descendentes de europeus e integrados na civilização ocidental” (Idem, p. 20). Aliás, “*a exemplo do que acontece em outros países de formação recente, a população brasileira ainda não se cristalizou sob o ponto de vista antropológico. (...) Nosso cadinho ou melting-pot étnico encontra-se em plena ebulição. É inegável, porém, que predominam os indivíduos de cor branca. (...) E essa predominância tende a tornar-se cada vez maior, por algumas razões: 1. pela cessação da entrada de novos elementos de cor negra (...) e pelo lento mas constante desaparecimento dos brasilíndios; 2. pela tendência natural dos mestiços de se cruzarem com elementos de cor branca, (...); 3. pela chegada de novos contingentes europóides, através da imigração*” (Idem, p. 114; grifo nosso).

A terceira razão é estranha, visto que a imigração já havia caído drasticamente (a primeira edição é de 1969) mas o mais grave é a tendência natural ao *branqueamento*, como se pela mestiçagem o branco também não diminuísse. Num livro de leituras (1958) já havia colocado um texto de Roquete Pinto que divide o Brasil em três zonas antropológicas distintas “*cada qual correspondente a uma das raças fundamentais aqui reunidas*” (1958, p. 101): a zona do caboclo, a zona de influência africana e a zona de influência européia.

Diferentemente dos outros livros, em *Geografia do Brasil*, o grau de instrução, “*com animadora melhoria*” (Idem, p. 95), já é citado, ainda que rapidamente, e *animador* foi o fato de a taxa de analfabetismo, que era de 57%, em 1950, ter caído para 38,4% em 1970. Mas não discute que, para o IBGE, alfabetizada era uma pessoa capaz de desenhar o próprio nome e que para o modelo político-econômico vigente, alfabetização era entendida como *aprender a ler e escrever*, uma aprendizagem das técnicas e não um processo visando possibilitar o acesso ao mundo. A situação da distribuição de renda não teve a mesma sorte: continuou omitida. Da estrutura fundiária fala, também superficialmente, e conclui que

“a gravidade do problema da vida agrária brasileira não decorre, por conseguinte, da má divisão da propriedade; os maiores latifúndios

correspondem às largas extensões despovoadas da Amazônia e do Centro-Oeste. Reside principalmente no regime de exploração de terras” (Idem, p. 178).

Embora não cite, fica a impressão de que o maior problema da agricultura brasileira ainda era a saúva.

Afirma ainda que o senhor de engenho representou “*relevante papel na vida regional e até mesmo na nacional*” (Idem, p. 139) mas não explicita qual foi o papel e sua relevância; afirma que o Brasil está se urbanizando, mas não aparecem as relações, os problemas, as favelas. Pobres, quando aparecem, são “*as classes menos favorecidas*”. No capítulo sobre a extração de recursos naturais, escreve que “*nossa*” primeira riqueza foi o pau-brasil, o ciclo da mineração trouxe “*notáveis conseqüências para a vida do País*” (Idem, p. 194),

“a extração de borracha proporcionou anos gloriosos para a economia da Amazônia e, mais uma vez, projetou o Brasil no cenário econômico mundial” (Idem).

Nada mal para um país “*que marcha decididamente no sentido de tornar-se uma potência industrial*” (Idem, p. 211) e terá como um dia memorável

“aquele em que pudermos nos libertar da importação do petróleo estrangeiro. (...) De certa forma, será como um novo 7 de setembro: o dia de nossa completa independência econômica” (Idem, p. 225).

Por esse raciocínio, somos dependentes pela não auto-suficiência em petróleo; e conseguindo isto, tudo pode mudar, pois o livro foi escrito

“no momento em que (o Brasil) rapidamente se industrializa e se prepara para deixar, em definitivo, a posição que ainda ocupa dentro do chamado Terceiro Mundo” (Idem, p. 248).

3. PARA ALÉM DOS LIVROS DIDÁTICOS

Muitos destes conceitos existentes nos livros didáticos, como *nação-conti-nente*, a vantagem de possuímos a maior população branca do Mundo Tropical, o *país-adolescente*, o *país-família* com os problemas comuns de qualquer família, e outros, já estavam presentes num importante artigo para entender Aroldo de Azevedo, publicado em outubro de 1955, chamado **A Geografia a serviço da política**. Presentes a defesa da doutrina liberal, do imperialismo capitalista, o discurso anti-ratzeliano — mas com pregações para o Brasil de práticas que condena na geografia alemã —, o racismo, o enaltecimento à escola francesa e à sua falsa neutralidade, as vantagens *inegáveis* do espaço brasileiro e o futuro auspicioso que nos espera.

Inicia com o que chama de

“Explicação necessária — Ao escolher como tema deste artigo as relações entre a Geografia e a Ciência Política — cumpre desde logo esclarecer — não pretendo demonstrar simpatias ou preferências pelo assunto. Muito pelo contrário, não me sinto inteiramente à vontade dentro dele; chego, mesmo, abordá-lo com certo receio e indisfarçável constrangimento” (1955, p. 42).

Tanto na Geografia Política, onde “o Estado, vê-se estudado em suas relações com o meio”, como na Geopolítica — um ramo da Ciência Política e não da Geografia —

“estão presentes, de maneira sensivelmente predominante, a História e a Política, não restando quase nenhuma oportunidade para as investigações de caráter puramente geográfico A paisagem — a paisagem que os geógrafos tanto apreciam, por ser o seu verdadeiro laboratório de pesquisas — passa a ser estudada das alturas, em amplas visões panorâmicas, no presente e no passado, através de considerações de caráter mais ou menos filosófico, fortemente imbuídas de pontos de vista puramente ideológicos e sob o inevitável signo das incertezas ou de remotas possibilidades (...) a Geografia Política é o menos geográfico dos ramos da ciência geográfica. (...) Inseguro e pouco preciso é o seu conceito. Incerta é sua esfera de ação. Traíçoeira é sua bibliografia. (...) quando menos se espera, dá-se um passo em falso e ... está-se defendendo, sem o saber, o ponto de vista político de uma potência ou a ideologia de certa facção partidária, aleivosa ou disfarçadamente infiltrados em obras de caráter científico. Ora; trabalhar assim, para quem pretende ser imparcial, nada tem de atraente; exige um exaustivo peneiramento das idéias, um permanente estado de alerta, uma constante preocupação em descobrir pensamentos dissimulados, que — com toda franqueza — não compensa face aos resultados finais. (...) Como professor ‘tenho’ o dever de chamar a atenção dos alunos para tal campo de estudos, pelo menos para alertá-los contra os perigos existentes. Sinceramente não desejo que aqueles que me lêem venham a dedicar-se a tais estudos;...” (Idem, p. 43-44).

A citação é longa mas necessária. Aí presentes a pregação da neutralidade científica — e ainda diz que “nesse emaranhado de doutrinas, torna-se perfeitamente possível separar o joio do trigo” (Idem, p. 48) —, o problema da dificuldade em se estabelecer leis verdadeiras e universais, a Geografia compartimentada e a grande jogada política: a falsa despolitização da ciência. Afirma que o interesse pela Geografia Política é maior no Mundo Germânico (aqui significando os britânicos, representados pelo Reino Unido e pelos EUA, e os alemães) e menor no Mundo Latino (que aqui significa a França); mas que este último tem oferecido escassa,

porém valiosa, contribuição e tomado “*uma decidida posição de combate, sempre que as circunstâncias o exigiram*” (Idem, p. 44). Traça um breve histórico da geopolítica mas tenta livrar a cara dos franceses, dos verdadeiros geógrafos, “*sempre na primeira linha de todos os sectores da Geografia, mas ostensivamente desinteressados por semelhantes debates*” (Idem, p. 47). É bom lembrar que o *desinteressado* Vidal de la Blache criou a cadeira de Geografia Colonial e que, enquanto geógrafos conservadores franceses defendiam pontos de vista que iam ao encontro dos interesses do Estado e das classes dominantes, Élisée Reclus realizava uma contrageopolítica a esta geopolítica da época²⁵

E, apesar de tudo o que afirma, deixa claro que aceita o conceito de espaço vital, o *lebensraum* dos alemães. “*A densidade demográfica comanda, imperiosamente, a ampliação do espaço e regula a intensidade da força expansionista*”, diz à página 49, e aceita, com base em Samuel van Valkenburg, a existência de um “*ciclo-vital*” nos Estados,

“*comparável com o da vida humana, se bem que com aquela diferença que os geógrafos admitem ao aceitarem o conceito de ciclo de erosão — a possibilidade de reiniciar-se o ciclo,...*” (Idem, p. 52).

É a utilização de conceitos da biologia e da geologia — com pitadas de psicologia — para explicar algo *natural* para os países. Na infância, o Estado só possui a preocupação de consolidar sua estrutura interna, sem tendências à expansão territorial; nela, segundo ele, se encontravam os países da América Central e a maioria da América do Sul. Na adolescência ou mocidade, o Estado possui “*irrefutável dinamismo, que se reflete na expansão territorial, na conquista de novos espaços, na obtenção de novas áreas de influência*” (Idem, p. 52-53); nesta etapa estavam a URSS, a África do Sul, o Brasil, e outros. Na sua maturidade, o Estado não deseja mais se expandir territorialmente, quer é assegurar os seus domínios e por isso tem posturas defensivas, “*manifesta-se a favor da segurança e da cooperação internacional, transforma-se em defensor da paz mundial,...*” (Idem, p. 53); nesta *faixa etária* se encontravam Grã-Bretanha, França, Canadá, Austrália, ... — pasmem — Estados Unidos da América. A velhice é a decadência, a decrepitude, o desânimo frente a desafios internos e a ataques externos; sem sangue novo, “*acabará por ser riscado do mapa das Nações livres, chegando ao final de sua existência*” e aí se encontravam Pérsia, Afeganistão e Tibet. Critica os alemães mas também naturaliza o expansionismo, além de utilizar os conceitos de nação e Estado como sinônimos.

²⁵ Como já afirmamos, a visão eurocêntrica é uma constante. “*A cultura européia é imortal*” (1959, p. 142). A Europa é colocada como uma unidade cultural — o que o próprio texto sobre seus países acaba desmentindo. A chegada da cultura européia (ou de seus negociantes e canhões) é sempre colocada como algo positivo; por exemplo, quando afirma que foi o início de “*uma nova era para os asiáticos (...)* (criando escolas, abrindo bibliotecas, instalando hospitais, ensinando a religião cristã), ... transmitindo a sua cultura aos filhos da Ásia que se foram educar em seus maiores centros. Dêste modo, o Japão, China e a Índia, principalmente, passaram a possuir uma vida cultural digna de seu passado glorioso” (Idem, p. 187-188).

Afirma ainda que

*“já não tem mais sentido a velha distinção entre as **colônias**, áreas de povoamento, e as **possessões**, áreas de simples exploração econômica”* (Idem, p. 56),

pois isto é por demais simplista. E com razão, pois de tão simplista, pouca gente fazia esse tipo de divisão. E propõe outra distinção, feita por George Hardy: colônias de enraizamento, de enquadramento e de posição. As “colônias de enraizamento”

“que correspondem às antigas colônias de povoamento, desde que o fenômeno que hoje se registra, ultrapassada a fase da expansão colonizadora, é o enraizamento do elemento de origem européia, quer pela substituição do elemento indígena, quer pela coexistência com este e através da mestiçagem, quer pela associação com os próprios indígenas” (Idem).

E quais são os países citados como exemplos ? São alguns domínios da Comunidade Britânica (Austrália, Canadá, África do Sul) e — pasmem de novo — o Brasil e os demais países da América Latina. Além de colocar o Brasil como uma colônia de povoamento em seu *início*, tira todo o caráter expoliativo da colonização e deixa nas entrelinhas que evoluir é ter o enraizamento do europeu. Há também a “colônia de enquadramento”, na qual

“a população indígena é simplesmente dirigida, orientada por um número reduzido de europeus e em caráter sabidamente transitório, à espera do dia em que os naturais possam governar-se por si mesmos” (Idem)

e a “colônia de posição”, fundada em motivos comerciais ou militares, “*como os pontos de escala nas rotas marítimas e as bases de caráter estratégico*” (Idem). Mas, segundo o autor, tendem a desaparecer pela independência; contudo, nada cita sobre o neocolonialismo.

Entretanto, poucos impérios coloniais possuíam a estabilidade do império português porque

“poucos, pouquíssimos foram os Estados colonizadores que se preocuparam em implantar, em seus domínios, uma atmosfera de convivência cordial e humana, um espírito de recíproca dependência, sem superioridades descabidas e anacrônicas. A este propósito, Portugal surge como verdadeira exceção, pois soube criar uma ‘consciência portuguesa’, profunda e estável, entre os indígenas de suas colônias ...” (Idem, p. 57).

Um elogio à colonização portuguesa, de um autor de um país que, dado os espaços vazios, pode “*crescer por dentro*”. Não só pode mas, pelo jeito, crescerá, fruto de sua *mocidade*, uma fase necessária no ciclo evolutivo por ele advogado.

“Dominaremos um dia, pelo menos no ponto de vista econômico, a totalidade da Bacia Amazônica? É muito provável. Acontecerá o mesmo em relação à Bacia do Prata (...)? Possivelmente — embora tenhamos, neste

caso, de enfrentar uma força político-econômica poderosa, a Argentina... Aspiraremos, um dia, controlar as costas africanas, que nos são opostas, a fim de realizar o sonho de fazer do Atlântico Sul um grande 'lago' brasileiro ?” (Idem, p. 62).

Sim e “*cumpra prever o futuro, um futuro que pode não estar tão distante como parece.*” (Idem, p. 65), responde ele. Essa é uma das vantagens da crença em leis gerais e universais : o dom profético da ciência, o que subentende a aceitação de um determinismo histórico.

Esse dom é que permite a ele prever o destino de nosso país:

*“Estou plenamente convencido de que, uma vez atingida sua plena **mocidade**, o Brasil não poderá se contentar com seus 8 e meio milhões de Km². Teremos, então, o nosso verdadeiro Império Colonial? Julgo que não. Mas poderemos nos utilizar, com inegáveis vantagens dos territórios colonizados pelos portugueses.”* (Idem). Dia virá que “*o Império Colonial português passará a ser incluído no espaço vital do Brasil, pelo menos para a realização de seus objetivos político-econômicos*” (...) *...”sou dos que acreditam que os povos que falam a língua portuguesa, fortemente unidos por laços espirituais, poderão vir a ser liderados pelo Brasil, mesmo sem que liames políticos os unam. Representaremos um papel semelhante ao dos Estados Unidos em relação ao mundo de língua inglesa”* (Idem, p. 66)²⁶

Esse, aliás, foi o tema do trabalho “**O Império Colonial Português e o Brasil**”, publicado em 1944 mas apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis (SC) em setembro de 1940. Como foi apresentado durante a fase inicial da 2ª Guerra Mundial, o grande temor de Aroldo de Azevedo era de que Portugal pudesse perder as suas colônias, era o de “*ver imolado, da noite para o dia, no altar da Paz, o seu império colonial*” (1944, p. 239), pois “*no desejo de evitar que se torne maior o sacrifício da atual guerra*” (Idem, p. 240) as grandes potências poderiam repartir com o lobo nazista “*esse pacato rebanho de ovelhas que, até aqui, tem obedecido ao cajado envelhecido dos portugueses*” (Idem). Um império que tem se mantido, entre outras causas, graças ao seu sistema de colonização.

“A base do sistema colonial português tem sido o respeito ao direito dos indígenas e a colaboração que deles recebem (sic). Mais que isso: o colono (...) faz da colônia aquilo que ela deve realmente ser — um verdadeiro prolongamento da Pátria-mãe” (...) “*Em relação aos indígenas, garante-lhes Portugal a sua proteção e respeita-lhes a propriedade. Os*

²⁶ Coincidência ou não, EUA é sempre o país que, nos livros didáticos de A. de A., tem seu expansionismo citado com mais detalhes, como no livro *Geografia Regional* onde, inclusive, explica melhor (ver 1961b, 98) como os EUA conseguiram o canal do Panamá.

seus usos e costumes vêem-se respeitados, (...) Além disso, têm-lhes sido facultadas instrução e higiene. Aliás, foi esta sempre a orientação dos portugueses, mesmo nos tempos de formação de seu império.” (Idem, p. 242).

Nem um lusitano, ligado ao Estado, faria melhor defesa. Defesa do imperialismo, da manutenção das colônias e das *melhorias* realizadas pela metrópole. Inocula-se o organismo com um vírus e acha que ele deve agradecer pelo remédio — que não cura —, dado pelo *inoculador*. Neste trabalho já afirma que, embora ainda não no presente, o Brasil precisará de novos territórios pois o futuro nos reserva um papel de destaque, liderando os povos de língua portuguesa, graças ao trabalho realizado antes por Portugal.

“Colonizando da maneira inteligente por que tem feito, Portugal vai difundindo a sua raça e a sua cultura em terras da África, da Ásia e da Oceania” (Idem, p. 244; grifo nosso)

A colônia mais importante é a de Angola, cuja localização

“parece convidar o Brasil à realização (...) (do) ‘domínio das costas opostas’, ... (...) ..., a História está repleta de exemplos que confirmam essa tendência dos Estados, que, no caso em apreço, não seria o produto de uma política imperialista, mas o desejo de uma aproximação maior entre povos irmãos” (Idem, p. 244 e 245).

Pois há três traços de união entre nós e Angola: *“a identidade de recursos econômicos”, “a identidade geológica”* e *“pontos de contacto sob o ponto de vista étnico”* (Idem), já que de lá vieram os maiores contingentes de “bantus”. O primeiro traço não seria interessante do ponto de vista imperialista pois acrescenta o que já possuímos e não *complementa*, o segundo, poderia ser usado para nos unirmos a todas as áreas que pertenceram ao continente de Gondwana. Já o terceiro, se o autor fosse coerente, seria um motivo para nós estimularmos a mestiçagem e promovermos o *branqueamento* de Angola.

Termina o trabalho recomendando que

“o Brasil deve se interessar pela sorte dessas colônias (...) se esforçando para que elas permaneçam nas mãos do velho Portugal, pelo próprio bem de todos quantos falam a língua de Camões” (Idem, p. 246).

Mas no texto que comentamos anteriormente (Azevedo, 1955) esse temor de Portugal perder suas colônias já havia se dissipado, pois nelas as

“populações indígenas — negros, indús, mongólicos ou malaios²⁷ — têm uma ‘consciência portuguesa’ e muitos se orgulham em se considerar cidadãos portugueses” (1955, p. 66).

²⁷ Observar que, para ele, os negros formam um grupo aparentemente homogêneo.

Isso porque Portugal impôs “*uma política de igualdade entre os europeus e os indígenas (...) levando (...) a sua cultura e as vantagens do progresso*” (Idem). Aliás, como este último fato seria possível de ser realizado por um país que era um dos mais atrasados da Europa? Um país que, após 2ª Guerra, permanecia ditatorial, sob o mando de Antonio de Oliveira Salazar que, sem ser presidente, governou o país de 1926 à 1968? Interessante também é a conclusão do texto:

“*Não advogo para o Brasil nenhuma política imperialista (...). Prevejo apenas, com base nos ensinamentos de uma sã e construtiva Geografia Política, um natural e inevitável aumento de nossa ‘esfera de influência’*”
“(Idem, p. 67; grifo nosso)²⁸

Não possui esta clareza nos livros didáticos. Isso porque

“*aquilo que é definido como sendo conhecimento escolar constitui uma seleção particular e arbitrária de um universo muito mais amplo de possibilidades*” (SILVA 1992, p. 79)

Pois o conhecimento escolar não é, necessariamente, fruto da busca da verdade; é comum nele existir uma seleção, que se dá pela visão da classe a que se pertence — ou à qual serve —, levando à valorização de certos conhecimentos e à exclusão de outros. Muitas vezes, mais importante que o conteúdo dado, é o conteúdo omitido. A própria ausência da problematização, no sentido de “*detectar questões que a prática social coloca e que conhecimentos são necessários para resolvê-las*” (Saviani, apud Castanho 1989, 108), é uma tentativa de manutenção do *status quo* e de conduzir a maioria a um *pensar uniforme*, a *pensar* como suas, posições que são da minoria dominante. Por isso, A. de A. escreve: “*Governantes e particulares já perceberam que, dando cultura ao povo, ...*” (1959, p. 95-96); é “*dar*” cultura ao povo, aquela que a classe dominante aceita e impõe. Não é um pensar real; é fazer as pessoas terem a sensação que pensaram verdades que lhes foram impostas, não abrindo perspectivas para a reflexão, não deixando claro que o conhecimento é sempre provisório.

Uma visão elitista, de uma hierarquia, de uma ordem posta como se fosse natural, incontestável, passada através de uma visão estática da realidade, fazendo da educação um meio de adaptação ao que já existe. Para isso se municiam, inclusive, de dados estatísticos (quando interessam ao que se quer afirmar) para dar um caráter objetivo, exato, verdadeiro, fazendo da estatística uma resposta quando deveria ser uma fonte de auxílio. “*E terminam seu estudo onde, verdadeiramente, deveriam começar*” (TRIVIÑOS 1987, p. 118). O problema se agrava quando o instrumental de análise da realidade é retirado de outro contexto, e é uma teoria elabo-

²⁸ É como se fosse uma fatalidade. Em *O continente brasileiro* escreve que “*estamos fadados a controlar a porção meridional da bacia do Atlântico*” (1972, 19).

rada por grupos conservadores e etnocêntricos. É contraditório para quem constantemente advoga que não se deve importar modelos, que não se deve “*procurar soluções que foram adotadas e deram certo em países de clima tipicamente temperado*” (AZEVEDO 1955, p. 59; tb. 1972, p. 8 e 1976, p. 19). E como parte de *idéias universais* importadas, há uma atitude apriorística de ver a realidade, procurando encaixá-la nos esquemas — *objetivos e neutros* — e, portanto, deixando de elaborar hipóteses. Há paradigmas prontos e, através deles, dedutivamente, conclusões sobre a realidade descrita são elaboradas.

E a escola passa a ser a *correia de transmissão* destas verdades; a escola, aliás, não é vista como um direito de todos e nem se mostra que sua função social tem sido a de servir a poucos. Por isso o texto não faz relação com o mundo da produção, nem coloca, por maior que seja a pobreza, a necessidade de mudanças na natureza e na organização do trabalho, da sociedade. Até porque, propor mudanças estruturais não seria uma atitude coerente num autor positivista e que se faz acompanhar de alguns conservadores e racistas, concordando com suas idéias. Em diversas ocasiões, A. de A. utiliza, assentindo, textos de Oliveira Viana (1883-1951), um controvertido, racista e conservador intelectual brasileiro. Seis livros seus são citados na bibliografia de *O Continente brasileiro* (1972) e, no artigo sobre vilas e cidades do Brasil Colonial, refere-se a ele como “*eminente sociólogo*”, “*douto sociólogo*”, “*saudoso sociólogo fluminense*” (1994, p. 67, p. 68). Oliveira Viana também defendia ser uma vantagem possuir maioria branca na população, o que permite inferir que uma das razões de nosso atraso é a presença de raças inferiores, de mestiços. Também cita em bibliografias e usa textos de Sylvio Romero (1851-1914), um admirador do sociólogo Herbert Spencer (1820-1903); em *Leituras Geográficas* cita um pequeno texto de Sylvio Romero onde este afirma que:

“*A raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma ‘sub-raça’ mestiça e crioula, distinta da européia. (...) O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir*” (1958, p. 102-103).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apego ao visível da paisagem, o considerar o visível como o fato essencial para apreender a “*fisionomia dos lugares*”, a descrição como fim, são formas de eliminar interrogações frente à realidade que se busca conhecer. Quando a interrogação já contém a resposta — pois esta foi definida antes da pergunta —, a realidade tem que se adequar à pergunta. Não se pode esquecer que a pergunta é feita

conforme o método de análise e a visão que cada um possui sobre a sociedade. Quem quer se mostrar objetivo tem a tendência de quantificar o real e, muitas vezes, escolhe os dados dessa realidade e omite aquelas quantificações — como fome, analfabetismo, doenças e distribuição de renda — que, por si só, são qualitativas²⁹. E aqueles que, conscientes ou não, estão ao lado do *status quo*, não analisam como os órgãos institucionais afetam a vida das pessoas; quando citados, como ocorre nos livros de A. de A., esses órgãos estão sempre procurando fazer o melhor para a nação. Ou seja, a superestrutura está ausente, é omitida. Também há todo um saber popular que é excluído; o povo, aliás, está ausente como sociedade. Não se questionam as razões pelas quais parte da população vive em precárias condições. Ilustrativa é sua tese para concurso de cátedra em 1945, **Subúrbios orientais de São Paulo**; nela descreve os tipos de habitação sem se preocupar com o morador, uma foto do que se vê, e quando parte para alguma explicação, chega a afirmar:

“Uma população bastante numerosa escolheu a área suburbana para residir, a exemplo do que acontece em todas as grandes cidades do mundo; a possibilidade de possuir uma casa própria ou de aluguel a baixo preço, a vida sossegada e algo rural compensam ou parecem compensar os sacrifícios das viagens diárias em trens, ônibus ou bondes superlotados e sem nenhum conforto” (apud SANTOS, W. 1984, p. 69; grifos nossos).

Ou seja, o povo escolheu o subúrbio, isto é uma lei geral, e propriedade e sossego compensam a má qualidade dos transportes; não há leis do mercado, desigualdade salarial, Estado oligárquico ou segregação espacial.

Daí a tendência de transformar a Geografia numa ciência da natureza, ao menos em seus métodos, para não torná-la crítica. É disso que decorre o apego exagerado aos aspectos naturais. E o que se critica é o apego exagerado, a transformação da natureza no objeto, o que não significa que os *aspectos naturais* devam ser desprezados, pois isso levaria a uma descaracterização da própria ciência geográfica. Da mesma maneira é que se critica a descrição; discordamos do que é selecionado e do fato de ter se transformado na finalidade última. Deve-se descrever para apreender significados pois sem estes não se entende a realidade descrita e nem se consegue propor estratégias adequadas para alterá-la no que for necessário. Uma descrição, que permanece na aparência dos fenômenos, fica longe da essência e não consegue apreender as causas, a origem. Somente descrever o que se apresenta à observação é não conhecer (ou omitir) as forças do processo. Como o significado desmascara, escondê-los também pode ser estratégico, ou seja, é importante a inconsciência de sua existência.

É ainda pior quando a realidade é compartimentada,

²⁹ Somente num texto não-didático (1972, p. 16 e 17) o baixo nível de vida, a fome e o analfabetismo são colocados, brevemente, como lastimáveis, deprimentes.

“pois os estudos ‘em fatias’, que se desvinculam uns dos outros, perdem as grandes possibilidades evocativas dos conjuntos significativos, a forma orgânica e estruturada que dá sentido a cada pequeno passo de uma atividade. Integração, pois, significa visão globalizada, compreensão de relações, e garante reversibilidade móvel ao conhecimento” (Amélia de Castro, apud CASTANHO 1989, p. 107).

Isto depende muito do “*horizonte de visibilidade*” (Löwy 1988, p. 203), do ponto de vista de classe, que estabelece os limites do horizonte, as possibilidades de visão. Portanto o que se vê depende muito da *forma de olhar* e do conhecimento que se tem do que é analisado. Por isso, a visão é muitas vezes verdadeira mas ela é somente parte porque o observador não consegue ver além dela, não consegue enxergar o que não é visível mas está presente. E esta atitude não é só condicionada por sua classe social — ou pela classe que defende mesmo sem a ela pertencer — mas também

“por outras pertinências sociais ‘não-classistas’ relativamente autônomas com relação às classes sociais: nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo (...), vinculação a certas categorias sociais (burocracia, estudantes, intelectuais, etc.) ou a certas organizações (partidos, seitas, igrejas,...)” (Idem, p. 204).

A visão de mundo de Aroldo de Azevedo não era uma exceção mas sim significativa no mundo acadêmico de seu tempo, que descendia da oligarquia tradicional e não se desligara de sua classe de origem. Portanto, não era uma exclusividade da Geografia. Aroldo de Azevedo influenciou significativamente a geografia acadêmica, notadamente a paulista, e o ensino de geografia nos antigos cursos ginasial e colegial. Essa proeminência impediu que a própria Geografia participasse dos grandes debates nacionais e possibilitou que ela contribuísse com descrições dos aspectos naturais do território nacional, com a realização de levantamentos úteis ao planejamento estatal, apesar da aparência de simples *retratos das paisagens brasileiras*. Estimulou monografias, isolou-a de outras disciplinas no próprio âmbito escolar, e deu a ela esse caráter de *cultura geral*, que é o conceito que possui a maioria dos que freqüentaram a escola de 1940 a 1980.

Uma disciplina compartimentada e de objeto indefinido, que privilegiava as bases físicas e a localização dos lugares, omitia o significado do processo de trabalho — abandonando o homem como um ser político — e que realizava, consciente ou não, a apologia do poder dominante.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia - Ciência da Sociedade*. - São Paulo: Atlas, 1987.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al.]. *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 19ª ed. - Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia Geral* - tomo primeiro: Geografia Astronômica. Geografia Física. Geografia Humana. 3ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943 (para a primeira série ginasial - 1ª ed.: 1942).
- _____. O Império Colonial Português e o Brasil - um esboço de Geografia Política. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. - Rio de Janeiro: CNG, 1944, v. V. p. 239-246.
- _____. *Geografia das Crianças*. 5ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1952 (1ª ed. 1947).
- _____. A Geografia a Serviço da Política. In: *Boletim Paulista de Geografia*. - São Paulo: AGB, outubro de 1955, nº 21, p. 46-68.
- _____. *Leituras Geográficas* - destinadas ao curso ginasial. - São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1958.
- _____. *Geografia Geral: geografia física e humana dos continentes*. 118ª ed. - São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1959 (para a segunda série ginasial - 1ª ed.: 1943).
- _____. *Geografia Física* para o primeiro ano colegial. 38ª ed. (rev.) - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961a (1ª ed. 1947).
- _____. *Geografia Regional*. 28ª ed. rev. - São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1961b (para o segundo ano colegial - 1ª ed.: 1949).
- _____. **Terra Brasileira**. 42ª ed. - São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968a (1ª ed.: 1963).
- _____. *As regiões brasileiras*. 4ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968b (1ª ed.: outubro de 1964).
- _____. *O mundo em que vivemos*. 8ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969a (1ª ed.: 1963).
- _____. *Os Continentes*. 3ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969b (1ª ed.: 1966).
- _____. O 'continente' brasileiro. In: *Brasil: a Terra e o Homem*. v. 1: As bases físicas. 2ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

-
- _____. *Geografia do Brasil* - bases físicas, vida humana e vida econômica. 7ª ed. (rev. e atualizada) - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976a (1ª ed.: 1969).
- _____. A Geografia francesa e a geração dos anos setenta. In: *Boletim Paulista de Geografia*. - São Paulo: AGB, nº 50, março de 1976b.
- _____. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. In: **Terra Livre**, nº 10 - São Paulo: AGB Nacional, julho de 1994, p. 23 a 78. (Publicado pela 1ª vez em 1956).
- BROEK, Jan O. M. *Iniciação ao Estudo da Geografia*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- CASTANHO, M. Eugênia. *Universidade à noite: fim ou começo de jornada*. - Campinas, SP: Papirus, 1989.
- CONTI, José Bueno. Aroldo de Azevedo. In: *Boletim Paulista de Geografia*. - São Paulo: AGB, nº 50: 31-35.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. - São Paulo: Ática, 1986 (c. princípios, 53).
- FERREIRA, Conceição Coelho e SIMÕES, Natércia Neves. *A Evolução do Pensamento Geográfico*. - Lisboa: Gradiva, 1986.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 8ª ed. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973 (c. brasileira, 335)
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 2ª ed. - São Paulo: Busca Vida, 1988.
- _____. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. - São Paulo: Cortez, 1989.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia: pequena história crítica*. - São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. - São Paulo: Brasiliense, 1980 (c. primeiros passos, 48).
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. - São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1978a.
- _____. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. - São Paulo: HUCITEC, 1978b.
- _____. Responsabilidade Social dos Geógrafos. In: *Fundamentos para o ensino de geografia*; seleção de textos. - São Paulo: SE/CENP, 1989, 7-13.

SANTOS, Wilson dos. *A obra de Aroldo de Azevedo - uma avaliação*. - Rio Claro: UNESP, 1984 (mimeo.).

SILVA, Tomás Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. - São Paulo: Atlas, 1987.